

## CADERNO II

# PLANO DE ACÇÃO

2016 a 2020

## **Índice**

Índice de Figuras.....	1
Índice de Tabelas .....	1
<b>ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI) .....</b>	<b>1</b>
Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI) .....	2
<b>MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS.....</b>	<b>1</b>
1.Modelo de Combustíveis Florestais .....	2
2 Cartografia de Risco de Incêndio Florestal .....	5
2.1 Perigosidade de Incêndio Florestal .....	5
2.2 Risco de Incêndio Florestal .....	7
3 Prioridades de Defesa.....	9
3.1 Prioridades de Defesa para o Concelho da Covilhã.....	9
Objectivos e Metas do PMDFCI .....	10
1. Tipologia do Concelho.....	11
2. Objectivos e Metas do PMDFCI .....	11
<b>EIXOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>24</b>
<b>EIXO ESTRATÉGICO I - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais.....</b>	<b>25</b>
1- Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) .....	26
1.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis .....	26
Caderno II – Plano de Acção .....	i

1.2. Rede Viária florestal .....	34
1.3. Rede de Pontos de Água .....	36
1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI .....	40
2 Planeamento das Acções referentes ao 1º eixo estratégico .....	41
2.1. Mapas Síntese das Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água .	41
2.2. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis .....	48
2.3. Rede Viária Florestal .....	49
2.4. Rede de Pontos de Água .....	51
2.5. Metas e Indicadores .....	56
6 Responsabilidades e Orçamento .....	58
EIXO ESTRATÉGICO II - Redução da Incidência dos Incêndios .....	62
1. Avaliação .....	63
1.1. Comportamentos de risco .....	64
1.2. Fiscalização .....	65
2.Planeamento das acções referentes ao 2º Eixo Estratégico .....	66
2.1. Sensibilização .....	66
2.2. Fiscalização .....	69
2.3. Metas e Indicadores .....	70
2.4. Responsabilidades e Orçamento .....	72
EIXO ESTRATÉGICO III - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios .....	74
1 Avaliação Meios e Recursos .....	75
1.1. Vigilância e Detecção .....	75
1.2 -1ª Intervenção .....	80
1.3 Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio .....	83
2 Planeamento das acções referentes ao 3º eixo estratégico.....	84
2.1 Metas e Indicadores .....	84
2.2 Responsabilidades e Orçamento .....	85
EIXO ESTRATÉGICO IV: Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas .....	86
1 Avaliação .....	87
2 Planeamento das acções referentes ao 4º eixo estratégico.....	88
EIXO ESTRATÉGICO V- Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz .....	89
1 Avaliação .....	90
2 Planeamento das acções referentes ao 5º eixo estratégico.....	92
2.1 Organização SDFCI: Entidades Intervenientes no SDFCI .....	92
2.2 Organização SDFCI: Programa de formação .....	93
2.3 Organização SDFCI: Cronograma de reuniões CMDFCI.....	93
2.4 Organização SDFCI: Aprovação do POM e período de vigência do PMDFCI.....	95
2.5 Responsabilidades e Orçamento .....	96

3 Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI.....	97
CARTOGRAFIA DE PORMENOR .....	98

## Índice de Figuras

Fig. 1 Mapa01 - Modelo de Combustíveis Florestais do Concelho da Covilhã.....	2
Fig. 2 Gráfico de Modelos de Combustíveis florestais no Concelho da Covilhã.....	4
Fig. 3 Mapa02 - Perigosidade de incêndio florestal do Concelho da Covilhã .....	5
Fig. 5 Mapa03 - Risco de incêndio florestal do Concelho da Covilhã.....	7
Fig. 5 Mapa04 - Prioridades de Defesa contra incêndios florestais do Concelho da Covilhã .....	9
Fig. 6 Mapa05- Rede de FGC e MPGC do Concelho da Covilhã.....	33
Fig. 7 Mapa06 -Rede viária florestal do Concelho da Covilhã .....	34
Fig. 9 Mapa07- Rede de pontos de água do Concelho da Covilhã.....	37
Fig. 9 Mapa08 - Silvicultura no âmbito da DFCI do Concelho da Covilhã no último ano (2014) .....	40
Fig. 10 Mapa09 – Representação das intervenções das FGC/MPGC e rede viária florestal para o ano 2016 no Concelho da Covilhã.....	41
Fig. 11 Mapa10 – Representação das intervenções das FGC/MPGC e rede viária florestal para o ano 2017 no Concelho da Covilhã.....	42
Fig. 12 Mapa11 – Representação das intervenções das FGC/MPGC e rede viária florestal para o ano 2018 no Concelho da Covilhã.....	43
Fig. 13 Mapa12 – Representação das intervenções das FGC/MPGC e rede viária florestal para o ano 2019 no Concelho da Covilhã.....	44
Fig. 14 Mapa13 – Representação das intervenções das FGC/MPGC e rede viária florestal para o ano 2020 no Concelho da Covilhã.....	45
Fig. 15 Exemplo de envolvente a uma edificação .....	72
Fig. 16 Gráfico de percentagem dos tipos de causa dos incêndios ocorridos entre os anos de 2007 a 2011 no concelho da Covilhã.....	63
Fig. 17 Mapa14 - Zonas de dissuasão e fiscalização do 2º eixo estratégico no Concelho da Covilhã.....	69
Fig. 16 Mapa15- Vigilância e Detecção no Concelho da Covilhã - Localização e Identificação de PV e LEE e Representação de intervisibilidades de PV e LEE.....	77
Fig. 19 Gráfico Quadro Índice entre o nº de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e Detecção.....	79
Fig. 20 Mapa16 Representação do potencial do tempo para a 1ª intervenção e Representação de LEE para a fase Charlie, no Concelho da Covilhã.....	80
Fig. 21 Gráfico do Valor Médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção (tempo entre o primeiro alerta e a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo, no Concelho da Covilhã .....	82

## Índice de Tabelas

Tabela 1 Descrição de modelos de combustíveis florestais no Concelho da Covilhã.....	3
Tabela 2-Objectivos e Metas para o período de 2013- 2017 referente ao PMDFCI da Covilhã .....	12
Tabela 3Glossario de abreviaturas.....	13
Tabela 4 Principais eixos estratégicos definidos no PNDFCI, Indicadores / metas para o Concelho da Covilhã .....	14
Tabela 5 Orientações constantes no PNDFCI referente ao 1º eixo estratégico.....	25
Tabela 6 Tabela de rede de pontos de água do Concelho da Covilhã por freguesias....	38
Tabela 7 Área (ha) com e sem necessidade de intervenção e distribuição da área total com necessidade de intervenção, por ano, para o período de vigência do PMDFCI, por FGC e MPGC, referindo o código da descrição da faixa no Concelho da Covilhã .....	48
Tabela 8 Rede Viária DFCI em Km, dividida em 1, 2 e 3, com e sem necessidade de intervenção e distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção, por ano, para o período de vigência do PMDFCI .....	50
Tabela 9 Ponto de água, referindo o ID_PA, a designação do Tipo de PA, CLASSE_PA, indicando o volume máximo (m <sup>3</sup> ), assinalando por ano , para o período de vigência do PMDFCI (2016 a 2020) os pontos de agua a construir e/ou manter/ beneficiar no Concelho da Covilhã por freguesias .....	52
Tabela 10 Metas e indicadores- 1º eixo estratégico.....	56
Tabela 11 Responsáveis pela execução do 1º eixo estratégico.....	59
Tabela 12 Responsáveis e Orçamento- 1º eixo estratégico .....	60
Tabela 13 Identificação dos comportamentos de risco s, por grupo alvo no concelho da Covilhã .....	64
Tabela 14 Nº de autos e processos instruídos, ano 2014 .....	65
Tabela 15 Descrição- sensibilização e grupo alvo.....	68
Tabela 16 Metas e indicadores de sensibilização- 2º eixo estratégico .....	70
Tabela 17 Tabela de problemas sobre os quais devem incidir as acções de fiscalização – 2º eixo estratégico.....	71
Tabela 18 Responsáveis e Orçamento- 2º eixo estratégico .....	72
Tabela 19 Tabela de Entidades nas diversas acções do SDFCI .....	75
Tabela 20 Tabela de Índice entre o nº de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e Detecção nas Fases de Perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo .....	78
Tabela 21 Tabela de Índice entre o nº de incêndios florestais e o número de elementos de 1ª Intervenção nas Fases de Perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo.....	81
Tabela 22 Tabela de nº de reacendimentos por ano desde 2001 .....	83
Tabela 23 Metas e indicadores – 3º eixo estratégico.....	84
Tabela 24 Responsabilidades e orçamentos – 3º eixo estratégico.....	85
Tabela 25 Tabela de necessidades de formação que poderão ser realizadas.....	88
Tabela 26 Tabela de necessidades de formação que poderão ser realizadas.....	90
Tabela 27 Tabela de calendarização e os objectivos das reuniões da CMDFCI.....	94

**ENQUADRAMENTO DO PLANO NO  
ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO  
TERRITORIAL E NO SISTEMA  
NACIONAL DE DEFESA DA  
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS  
(SDFCI)**

## **Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)**

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) deverá ser o instrumento orientador das diferentes acções, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), contendo desta forma as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Os Serviços Municipais de Protecção Civil deverão garantir a coordenação de todas as operações e forças de socorro, emergência e assistência e conseqüentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.

A CMDFCI, na dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara Municipal, deverá acompanhar de perto todo o trabalho de (1) planeamento da prevenção e a sua operacionalização, (2) das acções de silvicultura preventiva (limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos, criação de zonas de descontinuidade), (3) o acesso às manchas florestais, propondo medidas para a beneficiação de infraestruturas de apoio ao combate aos incêndios (rede viária, rede divisional e pontos de água).

As acções de Defesa da Floresta Contra Incêndios florestais, a sensibilização e formação junto das populações a implementar pelas juntas de freguesia, para a tomada de consciência de práticas erradas do uso do fogo e a necessidade da implementação de medidas de autodefesa a par do aumento da fiscalização por parte do SEPNA/GNR, deverão ser operacionalizadas, a nível municipal, em sede da CMDFCI.

Foram também consideradas as orientações emanadas na Estratégia Nacional para as Florestas, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro) e as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas, em 2003 e 2004, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de janeiro).

O enquadramento do PMDFCI da Covilhã com os PMDFCI's dos municípios limítrofes está enquadrado, excepto com PMDFCI do Fundão visto estar em revisão. O Concelho está enquadrado no Plano Setorial da Rede Natura 2000, Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas, Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo, pelo facto de se inserir na sub-bacia hidrográfica do Zêzere), Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato e pelo Plano Regional de Ordenamento do território do Centro.

O PMDFCI é elaborado pelo gabinete técnico florestal em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), o Plano Regional de Ordenamento Florestal Beira Interior Norte (PROF- BIN) e o Plano Distrital Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI), sendo a sua estrutura tipo estabelecida pelo Despacho n.º 4345/2012 de 27 de março de 2012 do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

Este Plano, com um período de vigência de 5 anos cumpre as normas contidas na legislação DFCI, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro)

O plano municipal de defesa da floresta é apresentado à comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios, que delibera, e é aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A coordenação e gestão do referido plano são da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal.

***O PMDFCI obedece à seguinte estrutura:***

**1. Diagnóstico (informação de base) — Caderno I**

Caracterização física:

- ✓ Enquadramento geográfico;
- ✓ Hipsometria;
- ✓ Declive;
- ✓ Exposição;

Caracterização climática:

- ✓ Precipitação;
- ✓ Vento.

#### Caracterização da população

- ✓ População residente e densidade populacional, por freguesia, por recenseamento da população e habitação (censos);
- ✓ Índice de envelhecimento e sua evolução;
- ✓ População por sector de atividade;
- ✓ Taxa de analfabetismo;
- ✓ Romarias e festas.

#### Caracterização da ocupação do solo, rede fundamental de conservação da natureza e gestão florestal:

- ✓ Ocupação do solo;
- ✓ Povoamentos florestais;
- ✓ Rede fundamental de conservação da natureza e regime florestal;
- ✓ Instrumentos de planeamento florestal;
- ✓ Equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e de pesca.

#### Análise do histórico e causalidade dos incêndios florestais:

- ✓ Área ardida e número de ocorrências — Distribuição anual, mensal, semanal, diária e horária;
- ✓ Área ardida em espaços florestais;
- ✓ Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão;
- ✓ Pontos prováveis de início e causas;
- ✓ Fontes de alerta;
- ✓ Grandes incêndios (área superior ou igual a 100 ha) — Distribuição anual, mensal, semanal e horária.

## **2. Plano de acção — Caderno II**

Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema de defesa da floresta contra incêndios;

Análise do risco e da vulnerabilidade aos incêndios;

Objetivos e metas municipais de DFCI;

1.º Eixo estratégico — Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais:

- ✓ Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- ✓ Rede viária florestal;
- ✓ Rede de pontos de água;
- ✓ Silvicultura no âmbito da DFCl.

2.º Eixo estratégico — Redução da incidência dos incêndios:

- ✓ Comportamentos de risco e sensibilização da população;
- ✓ Fiscalização.

3.º Eixo estratégico — Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios:

- ✓ Vigilância e deteção;
- ✓ 1.ª Intervenção;
- ✓ Combate, rescaldo e vigilância pós -incêndio.

4.º Eixo estratégico — Recuperar e reabilitar os ecossistemas:

- ✓ Ações de estabilização de emergência e reabilitação pós-incêndio;
- ✓ Planeamento da recuperação de áreas ardidas;

5.º Eixo estratégico — Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz:

- ✓ Identificação das competências das entidades;
- ✓ Planificação das reuniões da comissão municipal de defesa da floresta (CMDF);
- ✓ Monitorização e revisão do PMDFCl.

**3. Plano operacional municipal (POM) — Caderno III**

- ✓ Meios e recursos;
- ✓ Contactos;
- ✓ Sectores territoriais DFCl e locais estratégicos de estacionamento para as acções de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós -incêndio;
- ✓ Cartografia de apoio à decisão.

**4. Os principais objetivos do PMDFCI são:**

- ✚ Descrever e quantificar o perigo de ocorrência de incêndios florestais, no concelho;
- ✚ Promover a sinalização das infra-estruturas florestais de prevenção e protecção da floresta contra incêndios;
- ✚ Sinalizar as áreas florestais, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- ✚ Conhecer as causas estruturais e conjunturais mais relevantes na origem dos incêndios;
- ✚ Avaliar a eficácia dos meios de prevenção, deteção e combate existentes;
- ✚ Elaborar uma proposta de ações prática devidamente detalhada e quantificada que permita melhorar a situação actual em termos de prevenção, deteção e combate com vista à redução do número de incêndios e superfície de área ardida;
- ✚ Fornecimento de uma cartografia atualizada e detalhada, onde estejam representadas as infraestruturas de extrema utilidade numa situação de emergência;
- ✚ Desenvolver ações de sensibilização da população;
- ✚ Coordenar a execução dos projectos de investimento de prevenção e protecção da floresta contra incêndios;

**MODELOS DE COMBUSTÍVEIS,  
CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES  
DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS  
FLORESTAIS**

## 1. Modelo de Combustíveis Florestais

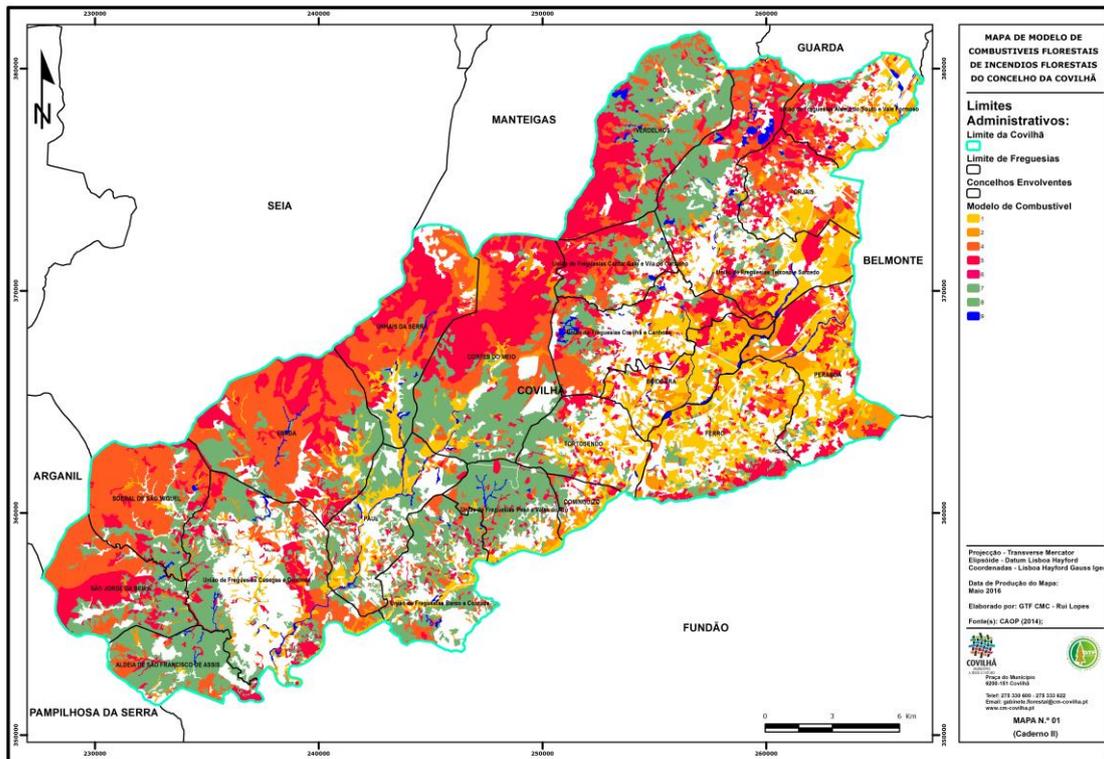


Fig. 1 Mapa01 - Modelo de Combustíveis Florestais do Concelho da Covilhã  
 Fonte: GTF 2016

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M..

Tabela 1 Descrição de modelos de combustíveis florestais no Concelho da Covilhã

GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO
Herbáceo	<b>1 (12,88%)</b>	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
	<b>2 (6,88%)</b>	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
	<b>4 (24,67%)</b>	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
Arbustivo	<b>5 (23,80%)</b>	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.
	<b>6 (0,06%)</b>	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
	<b>7 (29,93%)</b>	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.
Manta morta	<b>8 (0,15%)</b>	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.
	<b>9 (1,62%)</b>	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.

Fonte: GTF 2016

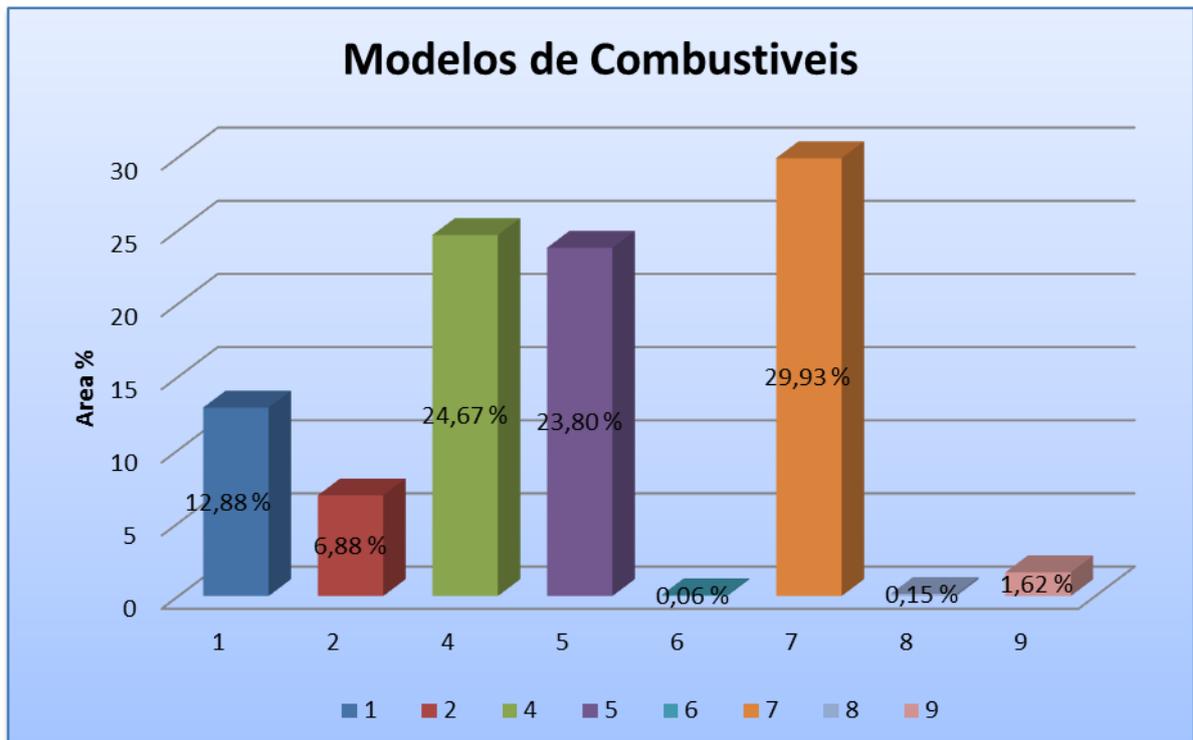


Fig. 2 Gráfico de Modelos de Combustíveis florestais no Concelho da Covilhã

Fonte: GTF 2016

## 2 Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

### 2.1 Perigosidade de Incêndio Florestal

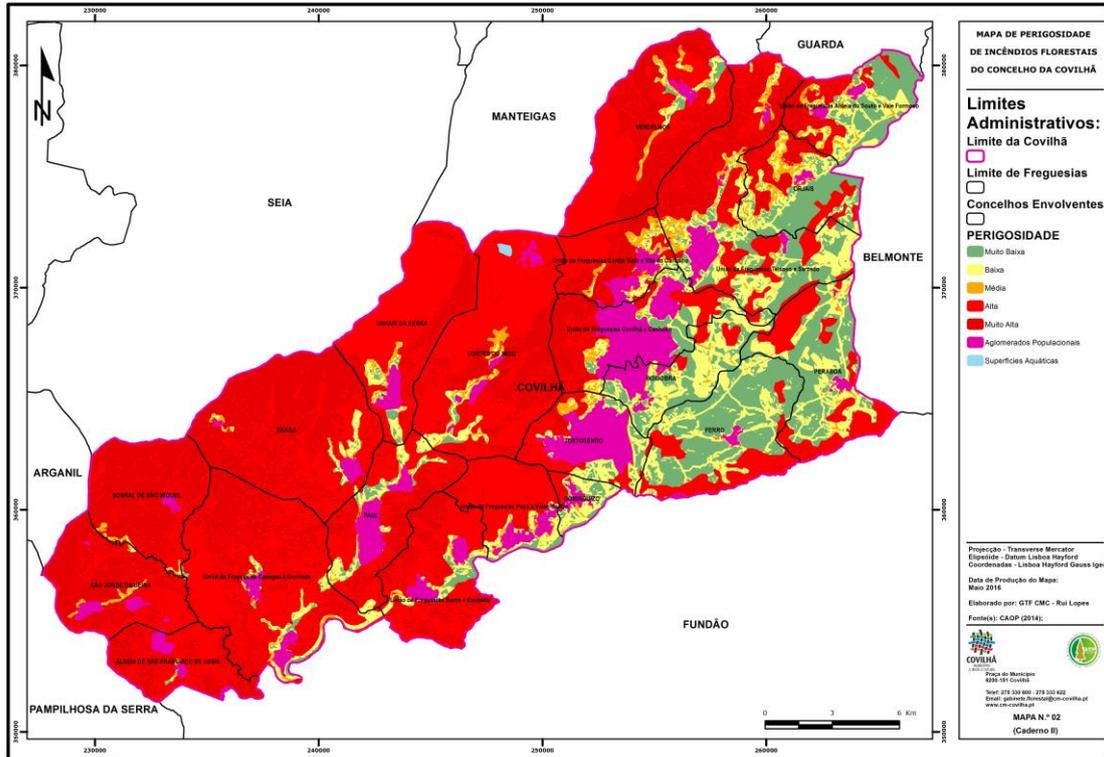
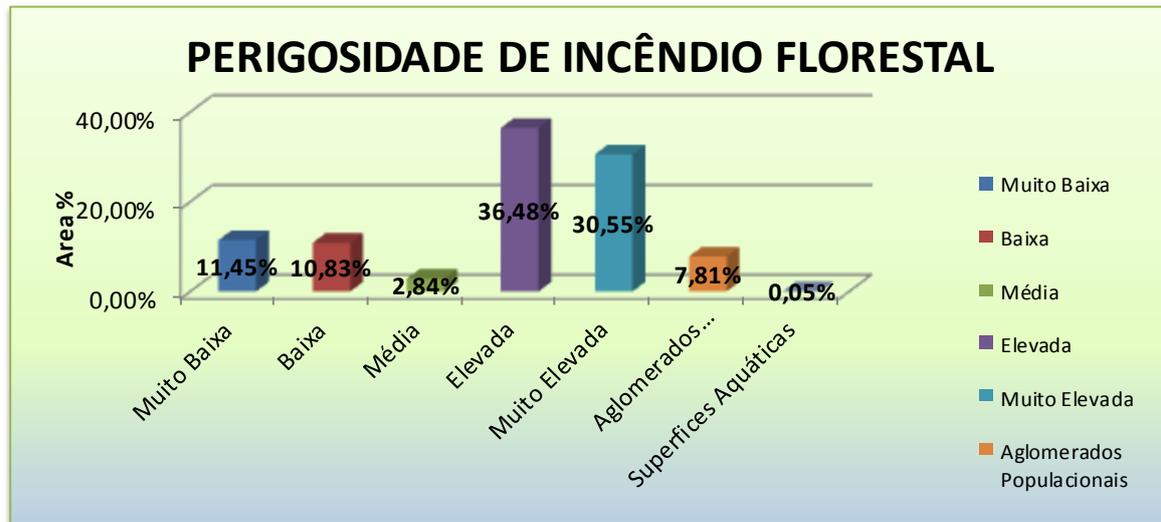


Fig. 3 Mapa02 - Perigosidade de incêndio florestal do Concelho da Covilhã  
 Fonte: GTF 2016

Na elaboração do mapa de perigosidade de incêndio florestal para o concelho da Covilhã foi seguida a metodologia aconselhada pelo guia técnico de elaboração do PMDFCI emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Segundo (Varnes, 1984) a “probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso”

Assim sendo, o índice de perigosidade de incêndio foi estimado através de um modelo associativo, baseado no produto de diversas cartas temáticas, correspondentes às variáveis do modelo, nomeadamente, a probabilidade e susceptibilidade.

O modelo seguido classifica o território em cinco classes de Perigosidade de incêndio (Muito Baixa, Baixa, Média, Elevada e Muito Elevada).



O mapa de perigosidade de incêndio produzido para o concelho indica que 36,48% do território municipal tem perigosidade Alta, tendo como tipos de ocupação predominantes de solo, florestas de folhosas, florestas abertas, cortes e novas plantações, matos e florestas de resinosas.

A classe Muito baixa, 11,45%, corresponde principalmente às zonas ocupadas por culturas temporárias de regadio, culturas temporárias de sequeiro e olivais.

A classe de perigosidade Baixa representa cerca de 10,83 % da área concelhia e corresponde a áreas de ocupação do solo dominadas essencialmente por culturas temporárias de sequeiro; olivais e pastagens permanentes.

Quanto à classe de perigosidade Média esta representa cerca de 2,84% da área do concelho e corresponde essencialmente às zonas de pastagens permanentes, sistemas agro-florestais; vegetação herbácea natural.

Quanto à classe de perigosidade Muito Alta representa cerca de 30,55% da área do concelho, com áreas de ocupação do solo dominadas por florestas abertas, cortes e novas plantações, matos, florestas de folhosas e florestas de resinosas.

## 2.2 Risco de Incêndio Florestal

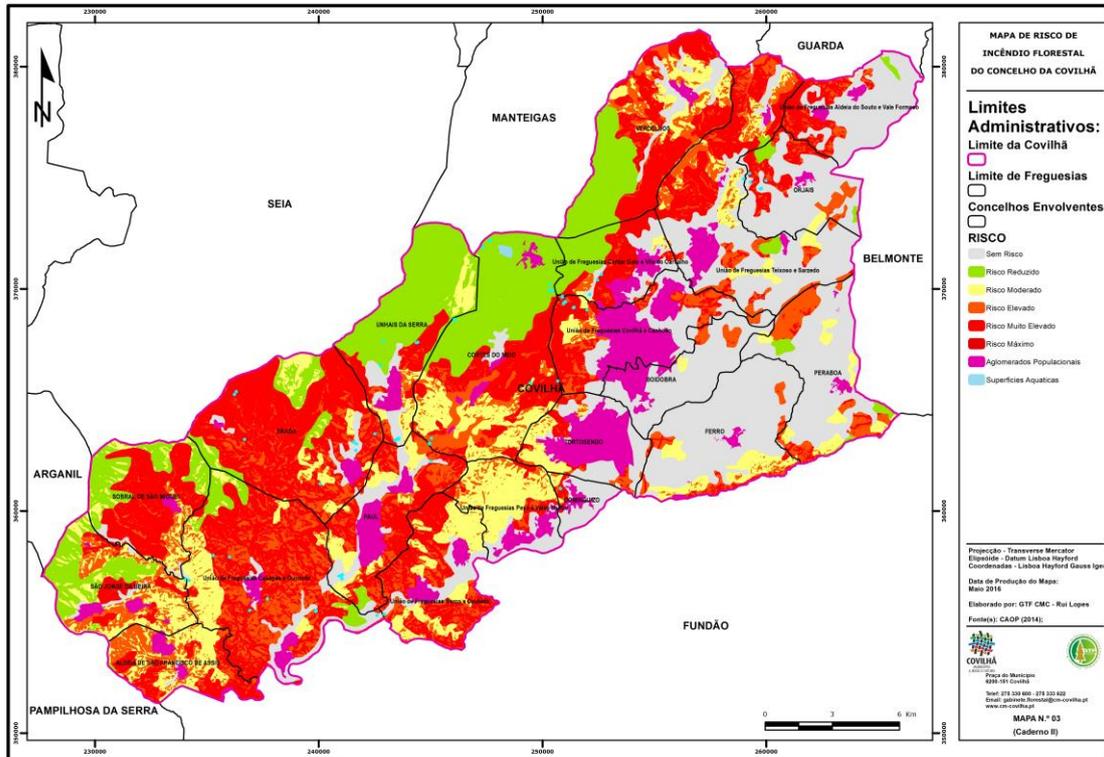


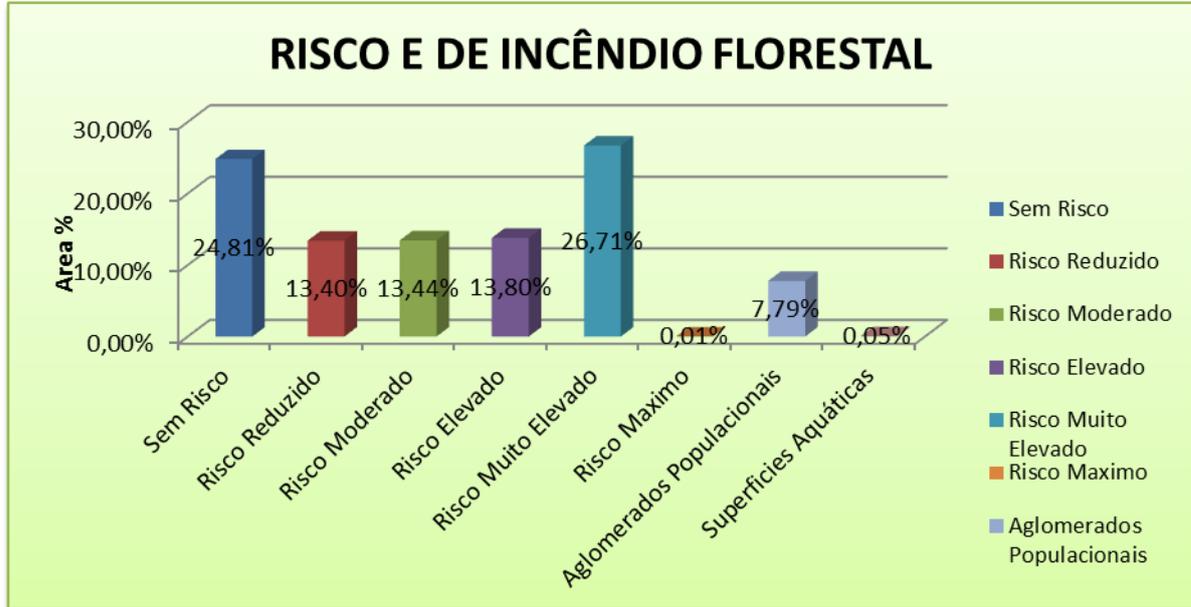
Fig. 4 Mapa03 - Risco de incêndio florestal do Concelho da Covilhã  
 Fonte: GTF 2016

Para a elaboração do mapa de Risco de Incêndio para o concelho da Covilhã foi seguida a metodologia constante no guia metodológico de elaboração do PMDFCI, proposto pela Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a qual tem por base o produto da perigosidade pelo ano potencial, ou de uma forma mais simplificada, o produto da probabilidade x susceptibilidade x vulnerabilidade x valor.

Segundo (Crichton, 1999) O risco pode definir-se por “probabilidade de uma perda, variando esta de uma forma directamente proporcional de três variáveis: perigosidade, vulnerabilidade e exposição. Sendo que, a variação positiva ou negativa de uma destas condicionantes irá influenciar directamente o nível de risco.

Ainda segundo Freire et al. (2002) a determinação de um índice estrutural de incêndio pode ser obtido utilizando diversas variáveis, cuja selecção e importância são normalmente determinadas após um estudo de correlação entre estas e o historial de fogos durante um período significativo.

O modelo seguido classifica o território em cinco classes de risco de incêndio (Risco Reduzido; Risco Moderado; Risco Elevado; Risco Muito Elevado e Risco Máximo).



O mapa de risco de incêndio produzido para o concelho indica que 13,40% do território municipal tem classe de risco muito baixo. Estas áreas correspondem principalmente às zonas ocupadas por pastagens permanentes e culturas anuais de sequeiro, vegetação herbácea natural e olivais.

A classe de risco baixo abrange 13,44% do concelho e a ocupação de solo predominante são: Florestas de folhosas e culturas anuais de sequeiro.

A classe de risco médio representa cerca de 13,80 % da área concelhia e corresponde a áreas de ocupação do solo dominadas essencialmente por florestas de folhosas, florestas abertas, cortes e novas plantações, sistemas agro-florestais e pastagens permanentes.

Relativamente à classe de risco elevado esta representa cerca de 26,71 % da área do concelho e corresponde essencialmente às zonas de floresta de folhosas, florestas abertas, cortes e novas plantações e florestas de resinosas.

Relativamente à classe de risco muito elevado, corresponde a 0,01% da área do concelho e predominam igualmente as florestas abertas, cortes e novas plantações, pastagens permanentes e sistemas agro-florestais.

### 3 Prioridades de Defesa

#### 3.1 Prioridades de Defesa para o Concelho da Covilhã

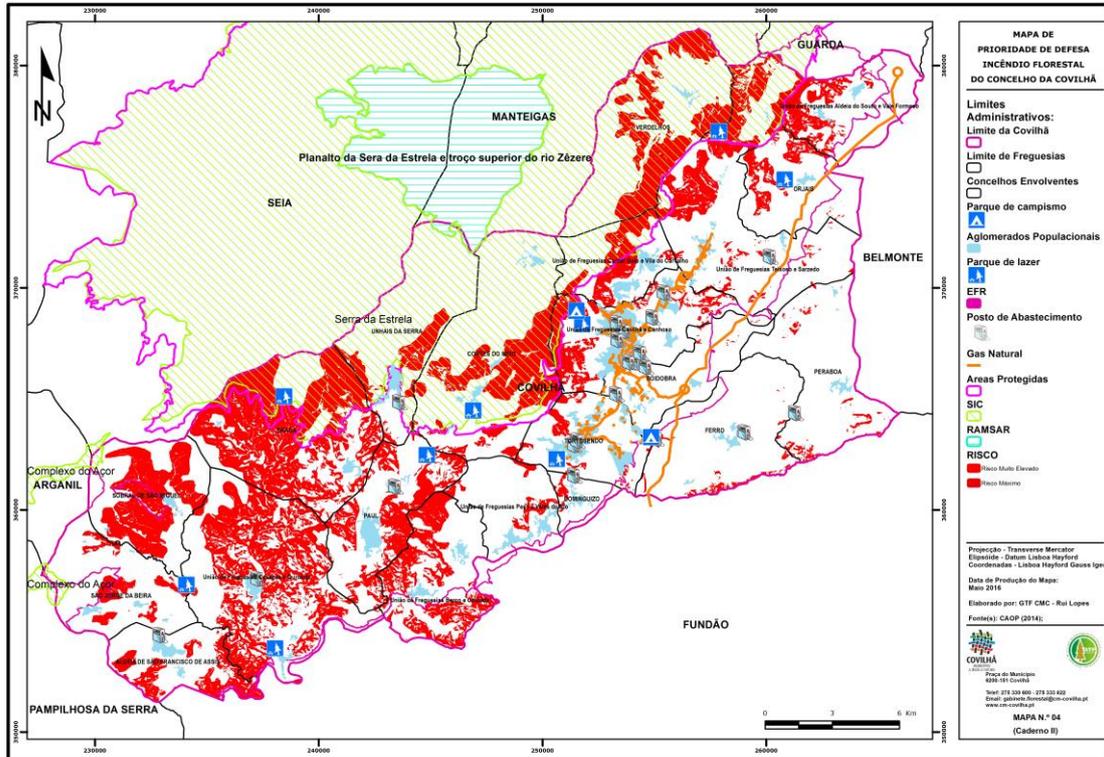


Fig. 5 Mapa04 - Prioridades de Defesa contra incêndios florestais do Concelho da Covilhã  
 Fonte: GTF 2016

A cartografia de prioridades de defesa para o concelho da Covilhã teve em consideração as zonas de risco de incêndio florestal elevado e muito elevado, assim como outros elementos com reconhecido valor ou interesse social, cultural e ecológico.

As principais prioridades de defesa são as áreas envolventes aos aglomerados populacionais, zonas florestais de elevado interesse e as áreas inseridas no Parque Natural da Serra da Estrela e em Zona de Protecção Especial (ZPE).

Ainda assim, realça-se a necessidade da preservação de todo o concelho devido à expressão que os valores ambientais, paisagísticos, económicos e sociais têm na região em causa.

## **Objectivos e Metas do PMDFCI**

## **1. Tipologia do Concelho**

O concelho da Covilhã possui a **tipologia T2**, e é um concelho com área predominantemente rural (APR), sendo apenas de salientar que os aglomerados populacionais se encontram nas sedes de freguesia do Concelho.

## **2. Objetivos e Metas do PMDFCI**

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deverá ser o instrumento orientador das diferentes acções, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI.

Os Serviços Municipais de Protecção Civil deverão garantir a coordenação de todas as operações e forças de socorro, emergência e assistência e conseqüentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.

As acções que sustentam o PMDFCI procurarão satisfazer os objectivos e as metas preconizadas nos principais eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006.

De acordo com a Resolução acima referida, seguidamente sintetizam-se as metas e objectivos para o período de 2016 a 2020 a que se refere este PMDFCI:

Tabela 2-Objectivos e Metas para o período de 2016 - 2020 referente ao PMDFCI da Covilhã

Objectivos	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020
<b>Redução da Área ardida anual</b>	Inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos	Inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos	Inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos	Inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos	Inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos
<b>Garantir a 1.ª Intervenção &lt;20 minutos</b>	95% das ocorrências				
<b>Reduzir o Número de reacendimentos</b>	Menos de 0,5 %				

Como tal, os objetivos deste plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação assentes no plano nacional de defesa da floresta contra incêndios, e que são:

- ✚ **1.º Eixo Estratégico:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- ✚ **2.º Eixo Estratégico:** Redução da incidência dos incêndios;
- ✚ **3.º Eixo Estratégico:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- ✚ **4.º Eixo Estratégico:** Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- ✚ **5.º Eixo Estratégico:** Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Tabela 3 Glossário de abreviaturas

<b>GLOSSÁRIO</b>	
<b>CMDFCI</b> <b>GTF</b>	Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Gabinete Técnico Florestal
<b>CMC</b> <b>SMPC</b>	Município da Covilhã Serviço Municipal de Proteção Civil
<b>JF</b>	Juntas de Freguesia do Concelho
<b>ICNF<sup>1</sup></b>	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (fusão Autoridade Florestal Nacional e Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade)
<b>GNR</b> <b>SEPNA</b> <b>PSP</b>	Guarda Nacional Republicana Serviço da Proteção da Natureza e do Ambiente Polícia de Segurança Pública
<b>ANPC</b> <b>CDOS</b> <b>CB</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil Centro Distrital de Operações de Socorro Corpo de Bombeiros
<b>APA<sup>2</sup>( EX: INAG E ARH)</b>	Agencia Portuguesa do Ambiente (fusão do Instituto da Agua e Administrações Regionais Hidrográficas)
<b>DGPC<sup>3</sup></b>	Direção Geral de Património Cultural (fusão do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, com outras entidades relacionadas com cultura)
<b>ANEFA</b>	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
<b>EGB</b>	Entidades Gestoras de Baldios
<b>OPF</b>	Organizações de Produtores Florestais
<b>ICOVI</b>	Infra-estruturas e concessões da Covilhã, em

<sup>1</sup> Decreto-lei nº 135/2012 de 29 de junho

<sup>2</sup> Decreto-lei nº 56/2012 de 12 março

<sup>3</sup> Decreto-lei nº 115/2012 de 25 maio

Tabela 4 Principais eixos estratégicos definidos no PNDFCI, Objectivos/ metas para o Concelho da Covilhã

1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais				
Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
<b>Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas</b>	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	<p>Criar e manter faixas exteriores de protecção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios</p>	<p>A CMC e GNR informam anualmente os proprietários dos terrenos inseridos na referida FGC, responsáveis pela execução integralmente da FGC tendo em consideração a meta anualmente prevista no PMDFCI.</p> <p>Em caso de incumprimento na execução da FGC, a CMC notifica os proprietários dos terrenos inseridos na referida FGC responsáveis pelos trabalhos, verificado o incumprimento, a CMC poderá realizar os trabalhos de gestão de combustível (com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada) de forma a garantir a segurança destes espaços.</p>	<p>Proprietários + CMC + SMPC + GTF + GNR/ SEPNA + PSP</p>
		<p>Criar e manter faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações</p>	<p>A CMC informa anualmente a entidade gestora responsável pela execução da FGC, tendo em consideração a meta anualmente prevista no PMDFCI.</p> <p>Em caso de incumprimento na execução da FGC, a CMC notifica a Entidade Gestora responsável pelos trabalhos. Verificado incumprimento, a CMC poderá realizar os trabalhos de gestão de combustível (com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada) por forma a garantir a segurança destes espaços.</p>	<p>EGB + CMC + SMPC + GTF + GNR/ SEPNA + PSP</p>

<b>1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais</b>				
<b>Objectivos estratégicos</b>	<b>Objectivos operacionais</b>	<b>Acção a desenvolver</b>	<b>Indicadores / Metas</b>	<b>Entidade responsável</b>
<b>Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas</b>	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter a rede de infraestruturas (RVF e RPA)	A CMC informa anualmente a entidade gestora responsável pela execução da FGC	<b>EGB + CMC + SMPC + ICOVI + GTF + GNR/SEPNA + PSP</b>
		Criar e manter as FGC inseridas na rede eléctrica de média e alta tensão, para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	A CMC informa anualmente a entidade gestora responsável pela execução da FGC, tendo em consideração a meta anualmente prevista no PMDFCI	<b>EGB + CMC + SMPC + GTF + GNR/SEPNA + PSP</b>
		Fiscalizar a criação de faixas exteriores de protecção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas, e notificados os respectivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.	<b>GNR/SEPNA + PSP</b>

<b>1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais</b>				
<b>Objectivos estratégicos</b>	<b>Objectivos operacionais</b>	<b>Acção a desenvolver</b>	<b>Indicadores / Metas</b>	<b>Entidade responsável</b>
<b>Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas</b>	Implementação de programa de redução de combustíveis	Desenvolver um programa de fogo controlado em acções preventivas, reduzindo os factores que favorecem a propagação dos incêndios.	Formação e credenciação dos técnicos do GTF e SMPC da CMC e das Equipas de Sapadores Florestais na utilização desta técnica.	<b>GTF + ICNF + CMC/SMPC</b>
		Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Visto que a rede primária se encontra delineada a nível distrital, a CMC e CMDFCI verificam a sua instalação e execução através de uma candidatura ao PDR2020. Se a candidatura não for aprovada, a CMC e CMDFCI deverão analisar a necessidade de recorrer a outras formas de financiamento, procurando atingir a meta estabelecida no PMDFCI para a rede primária.	<b>GTF + CMDFCI + CMC/SMPC + EGB + ICOVI</b>
	Condicionar trabalhos/ acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	A CMDFCI acompanha o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	<b>CMDFCI + GTF</b>

<b>2º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios</b>				
Definição de um conjunto de actividades que têm por objectivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, actuando ao nível do controlo das ignições e no controlo da propagação				
<b>Objectivos estratégicos</b>	<b>Objectivos operacionais</b>	<b>Ação a desenvolver</b>	<b>Indicadores / Metas</b>	<b>Entidade responsável</b>
<b>Educar e sensibilizar as populações</b>	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios	Anualmente a CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas acções, de forma a realizar anualmente uma sessão de esclarecimento por freguesia.	<b>CMDFCI + GTF</b>
		Implementar por parte da CMDFCI medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projectos comuns de protecção colectiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas acções	Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; - a formação e sensibilização; - distribuição de material específico para o efeito.	<b>CMDFCI + GTF + CMC/SMPC +JF</b>
	Sensibilização e educação escolar	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental	Em sede de CMDFCI planear as acções programadas e executadas e proceder à respectiva avaliação.	<b>CMDFCI + GTF + CMC/SMPC +JF + Escolas</b>
<b>Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações</b>	Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das acções de vigilância, detecção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A GNR como entidade coordenadora enquadra estas acções nas CMDFCI e define estratégia de actuação ao nível municipal. Anualmente apresenta relatório de progresso.	<b>GNR/SEPNA</b>
	Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Coordenação das acções de vigilância, detecção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A GNR no âmbito das suas competências verifica anualmente a necessidade de formação dos seus elementos em termos de conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações, procedendo á sua formação. Anualmente apresenta relatório de progresso.	

<b>3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios</b>				
Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada				
<b>Objectivos estratégicos</b>	<b>Objectivos operacionais</b>	<b>Acção a desenvolver</b>	<b>Indicadores / Metas</b>	<b>Entidade responsável</b>
<b>Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª intervenção</b>	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal	Execução da inventariação dos meios e recursos existentes	Anualmente, em sede de CMDFCI, o SEPNA/GNR integra as acções de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e detecção previstos no PMDFCI. Identificar anualmente o levantamento dos meios disponíveis no município e em outros Agentes com capacidade de vigilância e detecção e 1ª intervenção ao nível municipal	<b>CMC/SMPC + GTF + CB + CDOS/ANPC + GNR/SEPNA</b>
		Definição anual de sectores territoriais DFCE e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate	Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, a articulação dos recursos humanos e dos meios no município, com capacidade de vigilância e detecção e 1ª intervenção (Bombeiros, Equipas de Sapadores Florestais CDFBCM, CDBE E QUEIRÓ, Equipas do SEPNA da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno)	<b>CMC/SMPC + CB + CDOS/ANPC + GNR + CMDFCI + GTF + GNR + ICNF</b>
		Definição anual de sectores territoriais DFCE e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção e combate, tendo em conta as equipas de sapadores existentes (CDFBCM, CDBE E QUEIRÓ), Bombeiros e outros elementos.		<b>GTF + SMPC + ANPC / CDOS + ICNF + GNR + CB</b>
<b>Adequação da capacidade de 1ª Intervenção.</b>	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Execução da inventariação dos meios e recursos existentes	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção (articulação das comunicações entre as várias estruturas)	<b>CMC/SMPC + CB + CDOS/ANPC + GNR + CMDFCI + GTF + GNR + ICNF</b>

<b>3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios</b>				
Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada				
<b>Objectivos estratégicos</b>	<b>Objectivos operacionais</b>	<b>Acção a desenvolver</b>	<b>Indicadores / Metas</b>	<b>Entidade responsável</b>
<b>Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo</b>	Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância após rescaldo	Execução da inventariação dos meios e recursos existentes.	Anualmente, proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e bulldozers existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração, formar os operadores e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município	<b>GTF + SMPC</b>
			Anualmente, assegurar a rápida mobilização das máquinas de rasto, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	<b>GTF + CMC/SMPC</b>
			Estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	<b>CMDFCI + GTF + CMC/SMPC</b>
		Definição anual de sectores territoriais DFCE e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as acções de rescaldo e vigilância pós-incêndio.	Implementar modelos de atuação nas operações de rescaldo	<b>ANPC/CDOS + SMPC + GNR + CB</b>
		Definição anual de sectores territoriais DFCE e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as acções de rescaldo e vigilância pós-incêndio, tendo em conta as equipas de sapedores existentes (CDFBCM, CDBE E QUEIRO), Bombeiros e outros elementos.		<b>GTF + SMPC + ANPC/CDOS + ICNF + GNR +CB</b>

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
<b>4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas</b>				
<b>Recuperar e reabilitar os ecossistemas</b>	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo	Avaliar as necessidades potenciais de acções de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas a curto e médio prazo	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas (acções imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios) aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e legislação em vigor sobre áreas ardidas	<b>APA + DGPC + CMDFCI + GTF + CMC/SMPC+ ANPC/CDOS + ICNF + GNR + Proprietários afectados</b>
			Avaliar (Avaliação e monitorização) os trabalhos de reabilitação das áreas afectadas pelas acções. Constituição de equipas pluridisciplinares caso necessário	<b>APA + CMDFCI + GTF + CMC/SMPC+ ANPC/CDOS + ICNF + GNR</b>
		Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação promovendo o controlo de erosão, protecção da rede hidrográfica, defesa das infra estruturas e das estações de Habitats mais sensíveis	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas com Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares caso necessário	<b>APA + DGPC + CMDFCI + GTF + CMC/SMPC+ ANPC/CDOS + ICNF + GNR + Proprietários afectados</b>

**5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz**

Tendo como pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e protecção e socorro.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
<b>Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta</b>	Fomento das operações e garantia do apoio técnico e logístico	Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes acções	Anualmente, Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes acções (coordenar operacionalmente, através do POM, as actividades dos recursos humanos e dos meios no município)	CMC/SMPC + CB + CDOS/ANPC + GNR + CMDFCI + GTF + GNR + ICNF
			Estabelecer o processo de monitorização do PMDFCI, incluindo a contribuição de cada entidade para a elaboração do relatório anual de avaliação e recomendações de melhoria do Plano	CMC/SMPC + CMDFCI + GTF + ICNF
		Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI	Implementação de uma política de formação contínua no município com os diversos recursos humanos e materiais existentes (Bombeiros, Sapadores florestais, EMIF e GNR/SEPNA, etc.)	SMPC + CB + CDOS/ANPC + GNR + CMDFCI + GTF + GNR + ICNF
			Anualmente, cada entidade interveniente no SDFCI devesse entregar um relatório á CMDFCI com as necessidades de formações e respectiva calendarização para o ano seguinte de forma a melhorar a vigilância e detecção, 1ª intervenção combate, rescaldo e vigilância pós incêndio	

**5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz**

Tendo como pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção, protecção e socorro.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
<b>Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta</b>	Fomento das operações e garantia do apoio técnico e logístico	Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM	Implementação de uma política de exercícios no município com as diversas entidades do SDFCI para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações: operacionalização de medidas e procedimentos no âmbito das comunicações rádio (meios, estrutura de comunicações radio de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adoptar); planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através de cenários hipotéticos; incorporar acções da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais; analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução e aspectos da coordenação entre os vários agentes	CMC/SMPC + CB + CDOS/ANPC + GNR + CMDFCI + GTF + GNR + ICNF
			Deverá ser garantida, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência	CMC/SMPC + CB + CDOS/ANPC + GNR + CMDFCI + GTF + GNR + ICNF
		Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos	Anualmente devera pelo menos existir uma reunião entre todos os GTF dos concelhos vizinhos de forma a existir uma harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM	ICNF + CMDFCI + GTF

**5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz**

Tendo como pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e protecção e socorro.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
<b>Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta</b>	Fomento das operações e garantia do apoio técnico e logístico	Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI	Anualmente fazer o levantamento dos meios disponíveis no município, planear a manobra logística mais adequada ao município; estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às acções de vigilância/deteção; 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós incêndio. E elaborar exercícios para validação do planeamento logístico	CMC/SMPC + CB + CDOS/ANPC + GNR + CMDFCI + GTF + GNR + ICNF
		Operacionalizar a acção das CMDFCI. Apoiar a actividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	As CMDFCI reúnem as vezes que forem necessárias no ano, acompanhando a operacionalização e execução do respectivo PMDFCI. Elaboração anual do relatório do PMDFCI	<b>CMDFC</b>
		Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF	Anualmente	<b>CMDFCI + GTF</b>
		Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de abril	Data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de abril	<b>CMDFCI + GTF</b>
		Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento	Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento	<b>CMDFCI + GTF</b>

# **EIXOS ESTRATÉGICOS**

## **EIXO ESTRATÉGICO I - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais**

O 1º Eixo Estratégico está directamente relacionado com o ordenamento do território e o planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que se destina a potenciar a sua utilidade social

Tabela 5 Orientações constantes no PNDFCI referente ao 1º eixo estratégico

<b>Objectivo estratégico</b>
Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
<b>Objetivos operacionais</b>
- Proteger zonas de interface urbano/florestal. - Implementar programas de redução de combustíveis.
<b>Acções</b>
- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maiores vulnerabilidades aos incêndios; - Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível; - Promover ações de silvicultura; - Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água); - Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais

## **1- Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)**

### 1.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Neste eixo de atuação preconiza-se um delineamento estratégico de sistemas de gestão de combustível, desenvolvendo processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo. Este eixo estratégico está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social. É aqui que se vai dar resposta ao nº1 do artigo 15º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes e se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Entende-se por Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (FGC), como sendo um conjunto de parcelas lineares de território, onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa florestal, através da afetação a usos não florestais e do recurso a determinadas atividades ou técnicas silvícolas. O que se pretende com a criação destas faixas é a diminuição de perigo de incêndio e ao mesmo tempo criar uma barreira de forma a diminuir a intensidade do fogo, quando este chega a uma FGC.

As FGC devem estar estrategicamente localizadas, protegendo de forma passiva pessoas e bens.

Desta forma, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios, que incluam cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

Correcção dos erros estruturais e culturais que a generalidade dos povoamentos de resinosas do Concelho apresenta, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustível.

- **Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos** – aconselha-se a utilização de corta-matos, fundamentalmente nas áreas de matos e bordadura dos povoamentos, onde não seja possível a aplicação de fogo controlado. Os produtos daí resultantes, serão sempre que possível, estilhaçados e deixados no terreno de forma a contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica no solo e redução dos fenómenos erosivos. Para um melhor aproveitamento dos recursos e implementação de uma verdadeira atividade sustentável, poder-se-ão criar condições para destinar estes resíduos a instituições sem fins lucrativos, ou ainda à central de biomassa existente no Concelho.

- **Gestão da vegetação através de corte manual de matos** – preconiza-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.
- **Desbaste, desrama e eliminação de resíduos** – estas operações devem ser desenvolvidas, em faixas de dimensão variável, ao longo dos caminhos que atravessam ou ladeiam os povoamentos, faixas que se entrepõem entre povoamentos e áreas agrícolas e/ou de matos onde a probabilidade de utilização de fogo como prática cultural é elevada.

Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral. Para além das ações referidas relativas à gestão da vegetação, é importante a aposta na formação cívica da população escolar e dos produtores florestais.

- Adequar a gestão dos espaços florestais à necessidade de conservação dos habitats de fauna e flora, através da sensibilização dos produtores florestais para a sua importância e aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das ações de formação para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em atividades relacionadas com a floresta, deve ser uma prioridade.
- Investigação das principais causas e fatores que contribuem para a ocorrência de incêndios.
- Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis que melhor se adequam às características e condicionalismos do Concelho.
- Gestão da vegetação através de fogo controlado, consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos de forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou arbustos. Esta técnica é aplicada em áreas de matos e/ou sub-coberto de resinosas, pretendendo-se, simultaneamente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.
- Construção/beneficiação dos pontos de água, uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo Concelho, existe a necessidade de ser comprovado o seu estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. O acesso deverá ser fácil e rápido e o seu funcionamento deverá ser autónomo.

A deflagração de incêndios nas áreas de matos, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto. Assim, nestas áreas pretende-se potenciar o aparecimento, em manchas ou faixas, de vegetação herbácea e/ou arbustiva pouco lenhificada com vista à criação de zonas de pasto para o gado e fauna selvagem. Deverão ser planificadas ações de fogo controlado ou promovidas queimadas devidamente licenciadas.

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e interceptar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, faixas de proteção a linhas elétricas...) e ser perpendiculares à direção predominante do vento.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efetivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo (devido quer à topografia, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climáticas e edáficas desfavoráveis).

Também deve destacar-se a importância do tratamento das Faixas de Gestão dos Combustíveis (FGC) no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objetivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

As FGC, com uma largura mínima de 100 m em redor das povoações, não são desenhadas para parar um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal. O desenho das FGC tem em consideração as particularidades da paisagem e o histórico dos (grandes) fogos na região, designadamente no que respeita às causas da ignição e às condições meteorológicas e de combustíveis que propiciam o seu desenvolvimento, provocando incêndios de grande extensão e intensidade. Neste sentido, deverá ser constantemente recolhida toda a informação disponível sobre anteriores eventos catastróficos e sobre a sua causalidade, aproveitado o conhecimento de técnicos, guardas florestais, bombeiros, trabalhadores rurais com experiência local em ações de combate e prevenção de fogos. A delimitação das FGC é baseada na rede viária ou nouro tipo de infra-estrutura que permita uma delimitação bem definida e capaz de permitir a circulação dos meios de 1ª intervenção e combate.

A eficácia das FGC está dependente da capacidade de, em caso de emergência, nelas se concentrarem os recursos de combate; neste sentido, é fundamental não só o sucesso das estratégias de diminuição do número de ignições em situações meteorológicas de elevado perigo de incêndio, mas também a diminuição do risco potencial das diversas infraestruturas (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas, entre outros). A criação de uma FGC implica a adoção simultânea de programas de manutenção (em intervalos de 2-5 anos), sem os quais se pode tornar ineficaz e mesmo perigosa. A manutenção deverá, desejavelmente, ser integrada com atividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres.

Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõem a uma outra faixa de proteção em rede secundária de área existente a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para a proteção dessa edificação

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assumindo ainda que a estratégia de DFCL assenta em duas dimensões, que se complementam, a defesa dos recursos florestais e das pessoas e dos bens. Este diploma foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que procedeu, entre outras, a alguns ajustes no âmbito das regras de edificação de forma a ultrapassar constrangimentos entretanto observados.

Neste âmbito, destaca-se a referência aos condicionalismos à edificação nos espaços rurais dispostas no artigo 16.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação. A condicionante visa garantir o interesse público de defesa de pessoas e de bens face aos incêndios florestais, limitando a expansão das novas edificações em espaço rural, tendo em consideração o risco de incêndio florestal (n.º 1 e 2 do artigo 16.º) e a dimensão da parcela (n.º 3 do artigo 16.º), assim como, promover o uso e a implementação de boas práticas na gestão de combustíveis.

No que se refere às novas edificações o diploma acima referido, e o disposto no Regulamento do PDM, prevêem a possibilidade de edificar em espaço florestal ou rural, fora das áreas edificadas consolidadas sempre que a esses espaços não corresponda a classificação de “alta” ou “muito alta” no que à perigosidade espacial de incêndio expresso na cartografia a que diz respeito.

Neste sentido, revela-se imperioso garantir que na implantação no terreno de novas edificações, seja assegurada a defesa de pessoas e de bens através da criação de faixas de proteção e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos anexos. Assim, em consonância com o disposto e regulamentado no PDM de Covilhã (artigos 15.º, e 16.º), as regras de edificação para o concelho de Covilhã e definidas neste PMDFCI deverão ter cumulativamente em consideração o seguinte, a saber:

1. As novas edificações em espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm que salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação Deverá ser executada uma faixa de 1 a 2 m com pavimento não inflamável em redor da edificação, e as chaminés da mesma deverão ter rede de retenção de fagulhas.
2. As novas edificações em espaço rural, que não florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas);
3. Atendendo à realidade cadastral do município, que se caracteriza essencialmente pela existência de terrenos com dimensão variável, predominando as parcelas de frente reduzida e profundidade considerável, propõem-se que as novas edificações referidas no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, quando inseridas em espaço rural, que não o espaço florestal, e fora das áreas edificadas consolidadas, tenham que respeitar a faixa de proteção e as regras referidas nas seguintes alíneas:
  - a. Em espaço rural, que não o espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, e desde que esteja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas), nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio muito baixa, baixa e média, têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, uma faixa de proteção nunca inferior a 10 metros (perigosidade muito baixa), 15 metros (perigosidade baixa) e 20 metros (perigosidade média) até à extrema da propriedade (medida a partir da alvenaria exterior da edificação).

- b. Nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio média, para além do cumprimento do disposto na alínea anterior, deverá ser executada uma faixa de 1 a 2 m com pavimento não inflamável em redor da edificação.
  - c. Em todos os casos nas chaminés das edificações deverá ser colocada uma rede de retenção de fagulhas.
  - d. Em todos os casos nas chaminés das edificações deverá ser colocada uma rede de retenção de fagulhas.
4. Para efeitos de contabilização das distâncias referidas poderão ser, excepcionalmente, considerados espaços exteriores à propriedade, designadamente redes viárias de carácter nacional, municipal e arruamentos existentes, ou quaisquer espaços públicos, tais como largos ou praças pavimentadas com características susceptíveis de serem impeditivas da normal progressão do fogo, os quais deverão ser referenciadas e caracterizadas nos elementos instrutórios dos pedidos de licenciamento de obras de edificações, designadamente levantamentos topográficos, plantas de implementação e memórias descritivas;
  5. Quando a faixa de protecção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de protecção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para protecção dessa edificação.

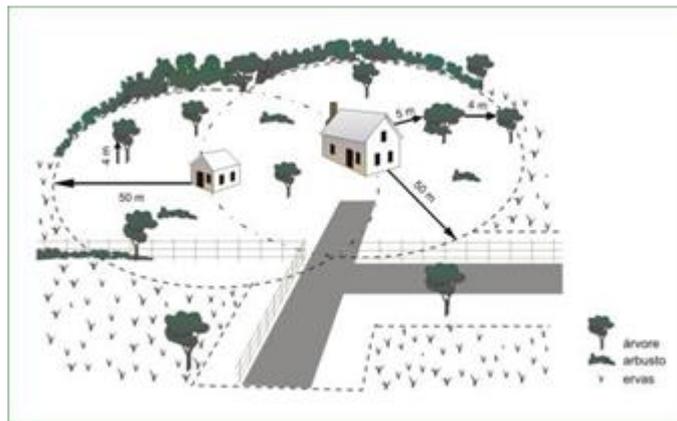


Fig. 6 Exemplo de envolvente a uma edificação

Faixas Laterais às Redes Viária e Ferroviária, o Decreto-lei 124/2006, nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 15º, revisto pelo DL n.º 17/2009 na alíneas c) e d), estabelece a obrigatoriedade das entidades responsáveis pelas redes viária e ferroviária providenciarem a gestão de combustíveis numa faixa lateral dos terrenos confinantes com as vias, numa largura não inferior a 10 m. Neste sentido, identificam-se na carta seguinte as Faixas de Gestão de Combustível (FGC) em torno das Redes Viárias. Quer da responsabilidade do Município quando se trate de Estradas Municipais, Caminhos Municipais e Caminhos Florestais, da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, quando nos referimos aos Itinerários Complementares (IC's) e Estradas Nacionais (EN), da SCUTVIAS quando se trata da A23.

Em caso de sobreposição são as entidades das faixas responsáveis das limpezas, Infraestruturas de Portugal, SCUTVIAS e Autarquia

Seria de todo desaconselhável contemplar aqui toda a rede viária florestal existente no Município, não só pela sua impraticabilidade quer operacional quer orçamental, como também pela improdutividade que a própria limpeza traria. Assim, apenas se considerou a rede viária que cumpre realmente as funções das Faixas de Gestão de Combustível.

Faixas Envolventes às Linhas de Transporte de Energia Elétrica, o Decreto-lei 124/2006, nas alíneas c) e d) do nº 1 do artigo 15º, revisto pelo DL n.º 17/2009, estipula a obrigatoriedade da limpeza de uma faixa de largura não inferior a 10 m; contada a partir de uma linha correspondente ao eixo do traçado das linhas elétricas de muito alta, alta e média tensão, competindo às entidades proprietárias suportar este encargo.

Em caso de sobreposição são as entidades das faixas responsáveis das limpezas, REN e EDP

No Concelho da Covilhã verifica-se a existência de uma linha de alta tensão e várias de média tensão, para as quais foram definidas as redes de FGC apresentadas na carta seguinte e quantificadas em quadro mais adiante. Com a criação desta faixa o que se pretende não é só a necessidade de interrupção de combustíveis, mas também a compartimentar manchas florestais aí existentes.

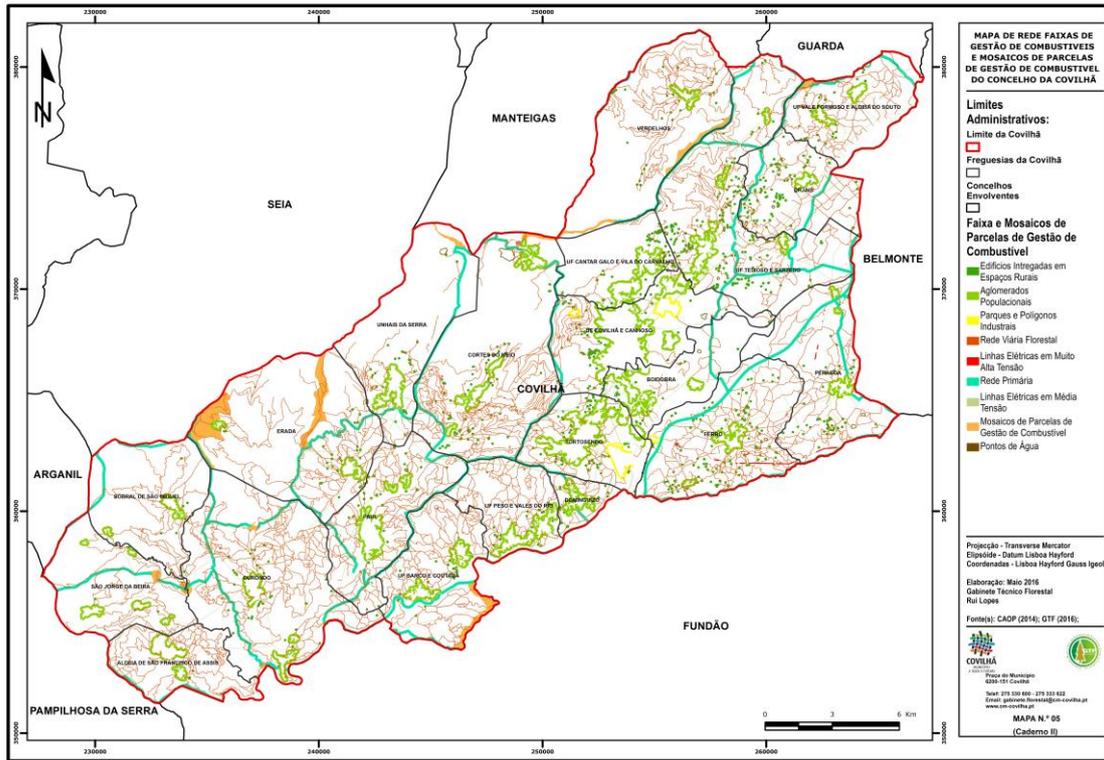


Fig. 7 Mapa05- Rede de FGC e MPGC do Concelho da Covilhã  
 Fonte: GTF 2016

## 1.2. Rede Viária florestal

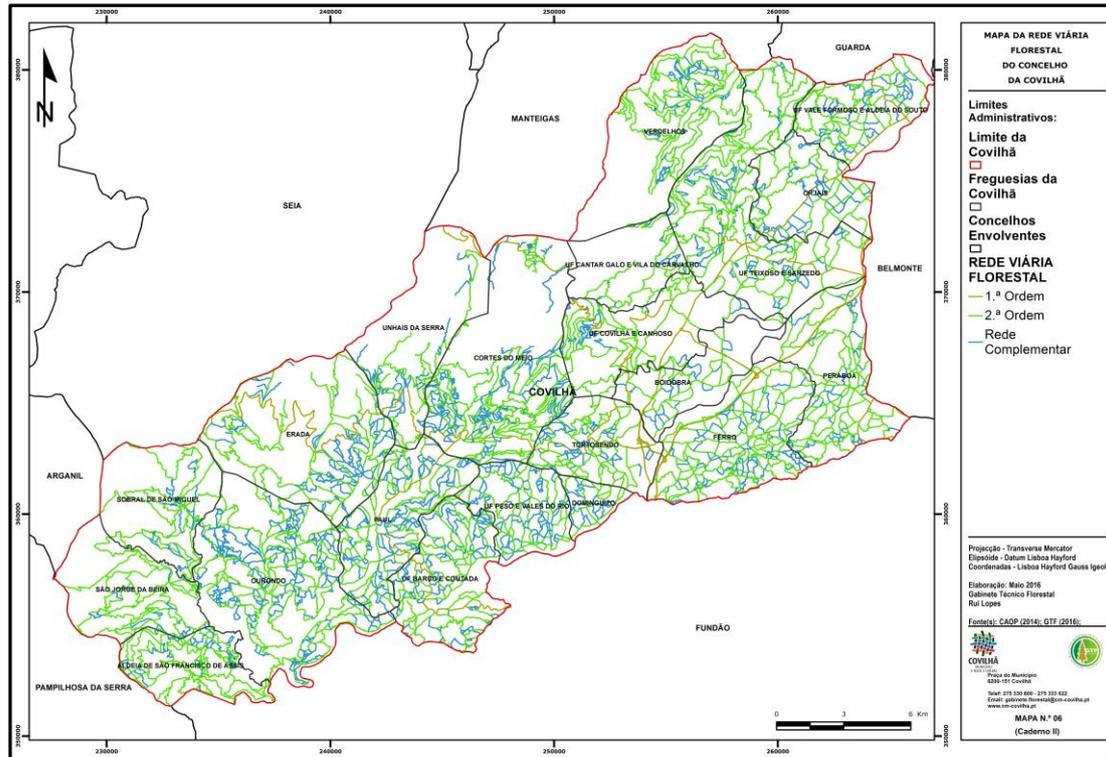


Fig. 8 Mapa06 -Rede viária florestal do Concelho da Covilhã  
 Fonte. GTF 2016

A rede viária é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios).

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções de:

- Rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de fogo como também aos pontos de reabastecimento de água e combustível;
- Integrar a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de combate encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permitir a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

A rede viária constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais.

A acessibilidade aos espaços florestais constitui também um aspecto relevante para o ordenamento florestal e escoamento dos produtos florestais, assim como para a implementação de espaços de recreio e lazer para as populações. Além das restantes infra-estruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia da rede viária é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

Esse papel central tem sido reconhecido do ponto de vista legal, mas também em relação à protecção contra incêndios, onde a construção e beneficiação de estradas constitui um dos principais eixos de intervenção, tendo desta forma ter sido considerada como rede viária florestal qualquer via que sirva de acesso aos espaços florestais nas acções de prevenção e combate.

### 1.3. Rede de Pontos de Água

Com as constantes alterações climáticas e um eventual cenário de seca, torna-se cada vez mais importante para a estrutura de combate aos incêndios florestais, uma caracterização detalhada dos pontos de água.

Os pontos de água têm de estar em condições de poder garantir o reabastecimento dos equipamentos de combate.

A sua distribuição por todo o concelho tem de ser a mais homogénea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios envolvidos no cenário de operações.

De acordo com as “Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidadas em 2003 e 2004” e da Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro, os pontos de água a utilizar para a defesa da floresta contra incêndios são definidos como “qualquer massa de água estrategicamente localizada e permanentemente disponível para a utilização na defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através de bombas, queda gravítica, veículos terrestres, meios aéreos ou outros” e podem ser subdivididos em três tipos: Estruturas de armazenamento de água – (tanques, reservatórios, poços e cisternas); Planos de água –, como por exemplo, albufeiras, rios, estuários, etc e Tomadas de água, como são caso das bocas-de incêndio ou marcos de água.

No entanto, é necessário que as condições dos pontos de água sejam propícias ao abastecimento dos meios terrestres e aéreos. No caso dos meios terrestres, a operacionalidade do ponto de água está directamente dependente da rede viária. No caso dos meios aéreos, é muito importante que esteja assegurada a existência de uma zona de aproximação ao ponto de água sem obstáculos.

O ideal será que numa distância de 100 metros do ponto de água, os obstáculos não tenham mais de 8 metros. Na restante área, em torno do ponto de água deverá ser assegurada uma faixa de gestão de combustível de, pelo menos, 30 metros para os meios aéreos e de 50 metros para os meios terrestres, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 133/2007 de 26 de janeiro.

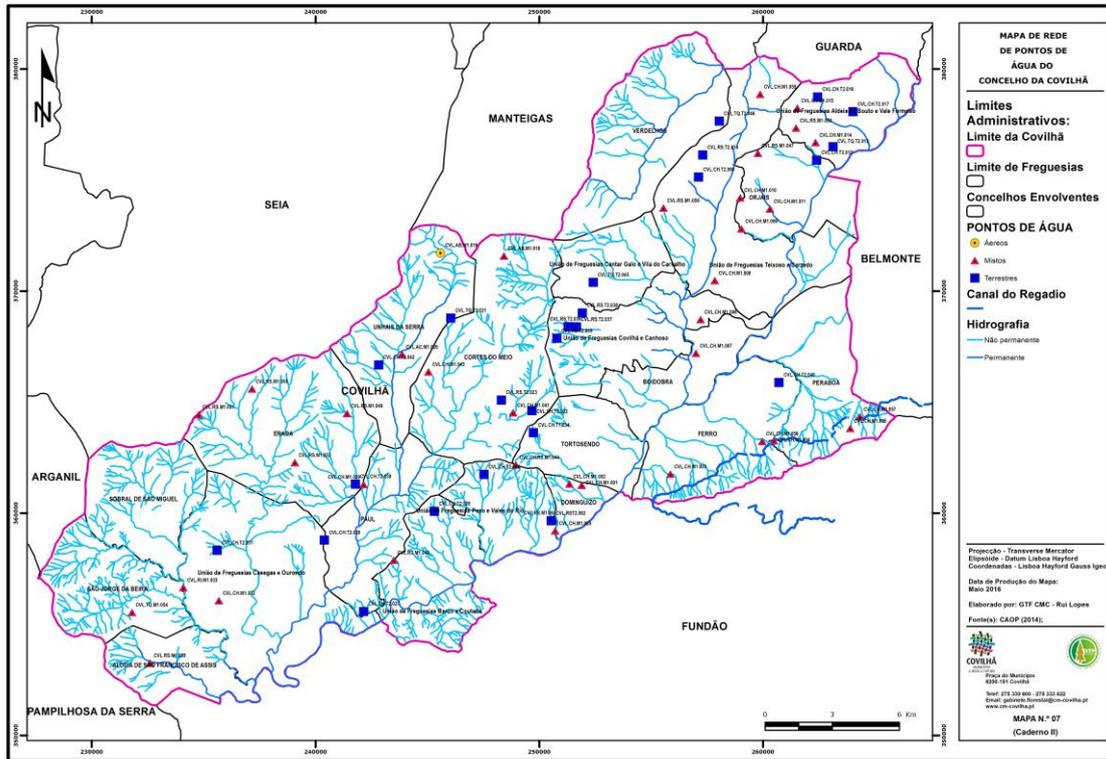


Fig. 9 Mapa07- Rede de pontos de água do Concelho da Covilhã  
Fonte: GTF 2016

Tabela 6 tabela de rede de pontos de água do Concelho da Covilhã por freguesias

FREGUESIA	ID_PA	CÓDIGO DO TIPO DE PA	TIPO DA REDE DE PONTOS DE ÁGUA	VOLUME MÁXIMO (M <sup>3</sup> )
Aldeia de São Francisco de Assis	53	111	Reservatório DFCI	3.500
Boidobra	07	214	Charca	156.000
Cortes do Meio	18	212	Albufeira de Barragem	5.600.000
	22	214	Charca	960
	23	114	Tanque DFCI	40
	41	214	Charca	5.000
	43	214	Charca	6.000
Dominguiso	1	214	Charca	6.000
	2	214	Charca	6.000
Erada	30	214	Charca	8.000
	49	111	Reservatório DFCI	3.500
	50	111	Reservatório DFCI	3.500
	51	111	Reservatório DFCI	3.500
	52	111	Reservatório DFCI	3.500
Ferro	3	214	Charca	6.000
	4	214	Charca	6.000
	40	214	Charca	7.500
	46	214	Charca	1.000.000
Orjais	9	214	Charca	6.000
	11	214	Charca	6.400
	12	214	Charca	6.000
	47	111	Reservatório DFCI	3.500
Paul	27	214	Charca	7.500
	28	214	Charca	4.800
	29	214	Charca	4.600
Peraboa	5	214	Charca	22.500
	47	214	Charca	15.000
São Jorge da Beira	54	114	Tanque DFCI	75
Tortosendo	34	214	Charca	5.000
	44	111	Reservatório DFCI	3.500
Unhais da Serra	18	211	Albufeira de Barragem	440.000
	19	212	Albufeira de Açude	50.000
	20	214	Charca	6.000
	41	111	Reservatório DFCI	3.500

FREGUESIA	ID_PA	CÓDIGO DO TIPO DE PA	TIPO DA REDE DE PONTOS DE ÁGUA	VOLUME MÁXIMO (M <sup>3</sup> )
União das freguesias de Barco e Coutada	26	214	Charca	7.200
	48	111	Reservatório DFCI	3.500
União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	44	114	Tanque DFCI	30
União das freguesias de Casegas e Ourondo	30	214	Charca	9.000
	31	214	Charca	8.500
	32	222	Ribeira do Porsim	12.000
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	6	211	Albufeira de Barragem	100.000
	35	114	Tanque DFCI	30
	36	114	Tanque DFCI	30
	37	114	Tanque DFCI	24
	38	114	Tanque DFCI	25
União das freguesias de Peso e Vales do Rio	24	214	Charca	6.000
	25	214	Charca	9.000
	60	111	Tanque DFCI	500
	61	111	Tanque DFCI	50
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	10	214	Charca	8.000
	39	114	Tanque DFCI	60
	55	214	Charca	6.000
	59	111	Reservatório DFCI	3.500
	60	111	Reservatório DFCI	3.500
União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto	13	114	Tanque de Rega	375
	14	214	Charca	9.000
	15	214	Charca	8.500
	16	214	Charca	6.400
	17	214	Charca	8.000
	58	111	Reservatório DFCI	3.500
Verdelhos	46	114	Tanque DFCI	30

Total (m <sup>3</sup> )	7.622.129
Área de espaços florestais do concelho (floresta + inculto) (ha)	38.372,46
Densidade de pontos de água (m <sup>3</sup> /ha)	198,64

**1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI**

A silvicultura, no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, engloba um conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objectivos de diminuir o perigo de incêndio e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo. Estes dados são referentes ao ano 2015 e até ao 3.º trimestre de 2016.

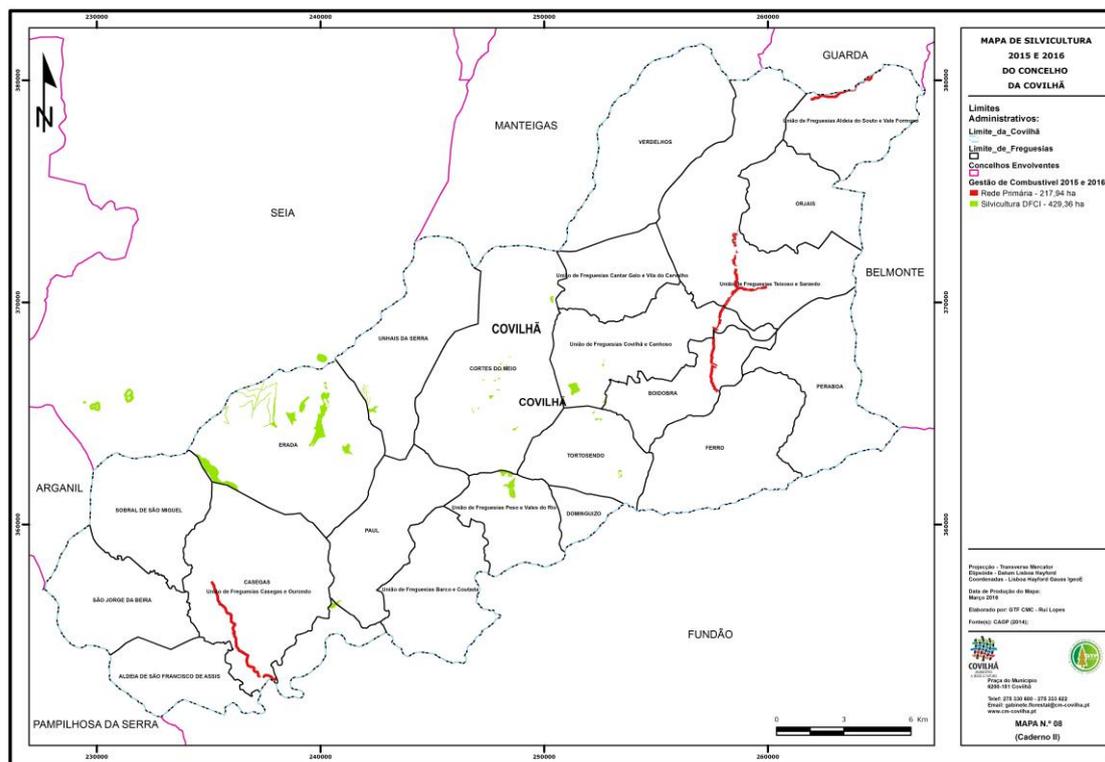


Fig. 10 Mapa08 - Silvicultura no âmbito da DFCI do Concelho da Covilhã no último ano (2015e 2016)  
 Fonte GTF 2016

## 2 Planeamento das Acções referentes ao 1º eixo estratégico

### 2.1 Mapas Síntese das Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água

Nas seguintes figuras são apresentados os mapas sínteses da Rede de faixas de gestão de combustíveis e Mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, e da rede viária florestal.

Relativamente á rede de pontos de água, não foram indicados quais os pontos de água a manter/beneficiar visto que a CMC, através do GTF e do Serviço Municipal de Protecção Civil irá proceder juntamente com os proprietários dos pontos de água, ao levantamento dos que necessitam de manutenção/ beneficiação, dado que todos se encontram em terrenos privados.

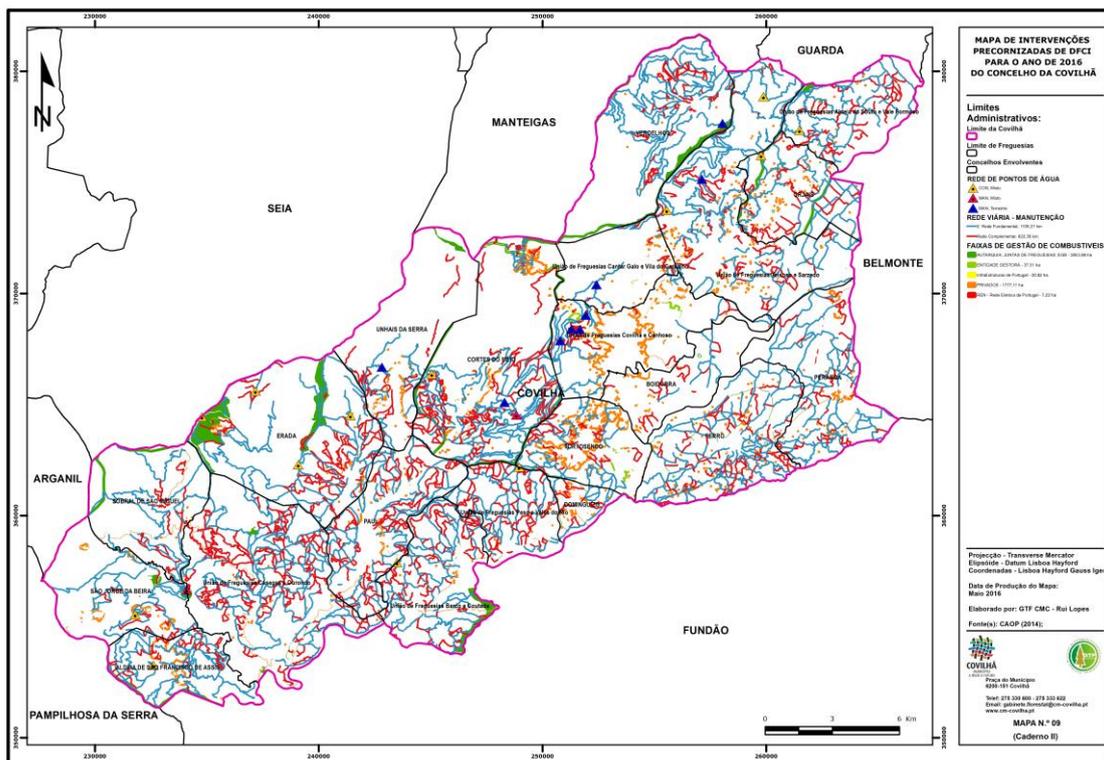


Fig. 11 Mapa09 – Representação das intervenções das FGC/MPGC, rede de pontos de água e rede viária florestal para o ano 2016 no Concelho da Covilhã  
 Fonte GTF 2016

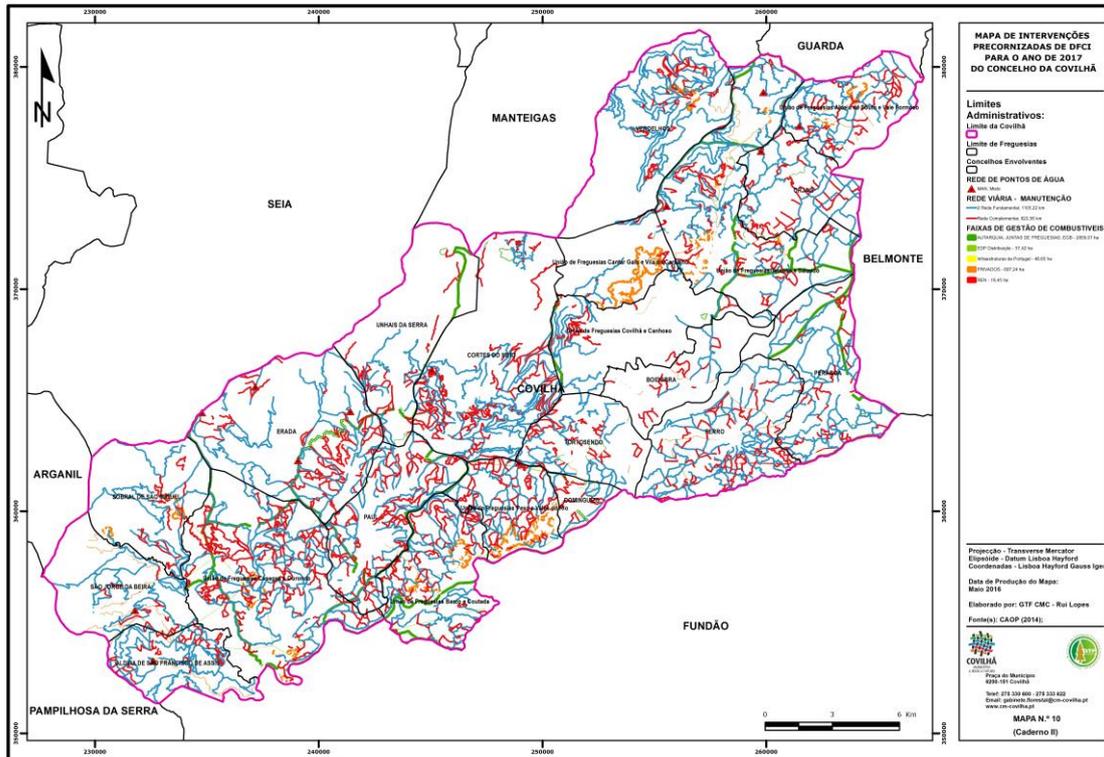


Fig. 12 Mapa10 – Representação das intervenções das FGC/MPGC, rede de pontos de água e rede viária florestal para o ano 2017 no Concelho da Covilhã  
 Fonte GTF 2016

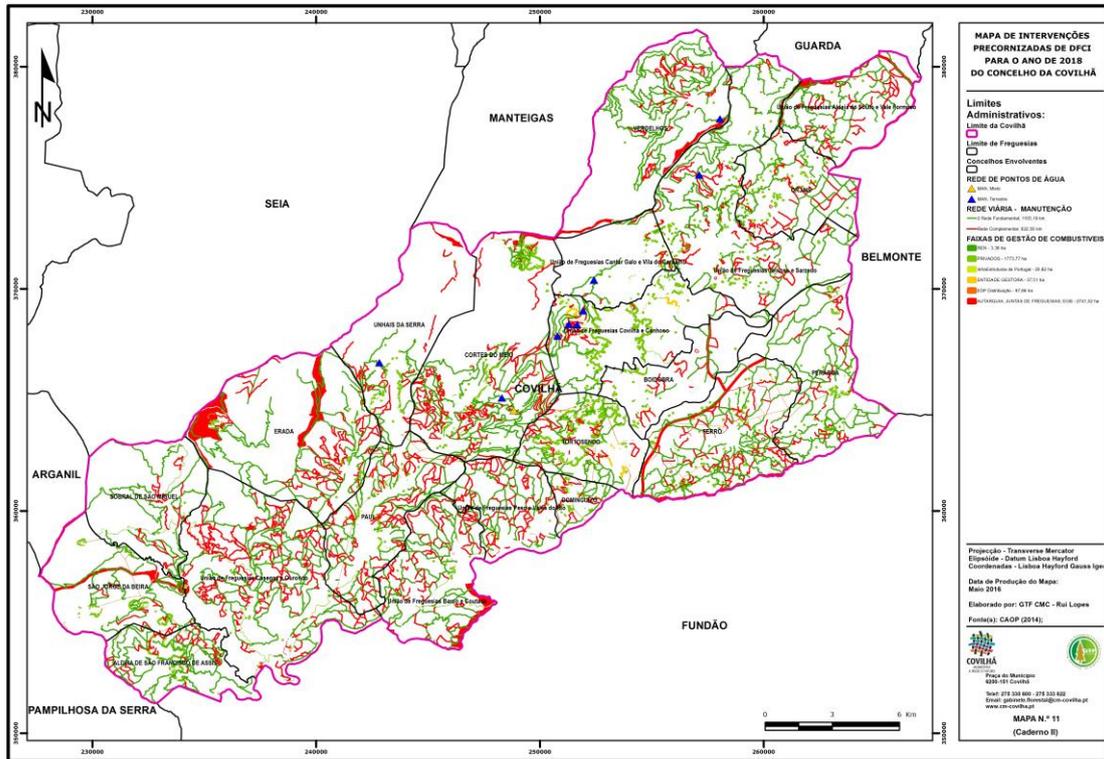


Fig. 13 Mapa11 – Representação das intervenções das FGC/MPGC, rede de pontos de água e rede viária florestal para o ano 2018 no Concelho da Covilhã  
 Fonte GTF 2016

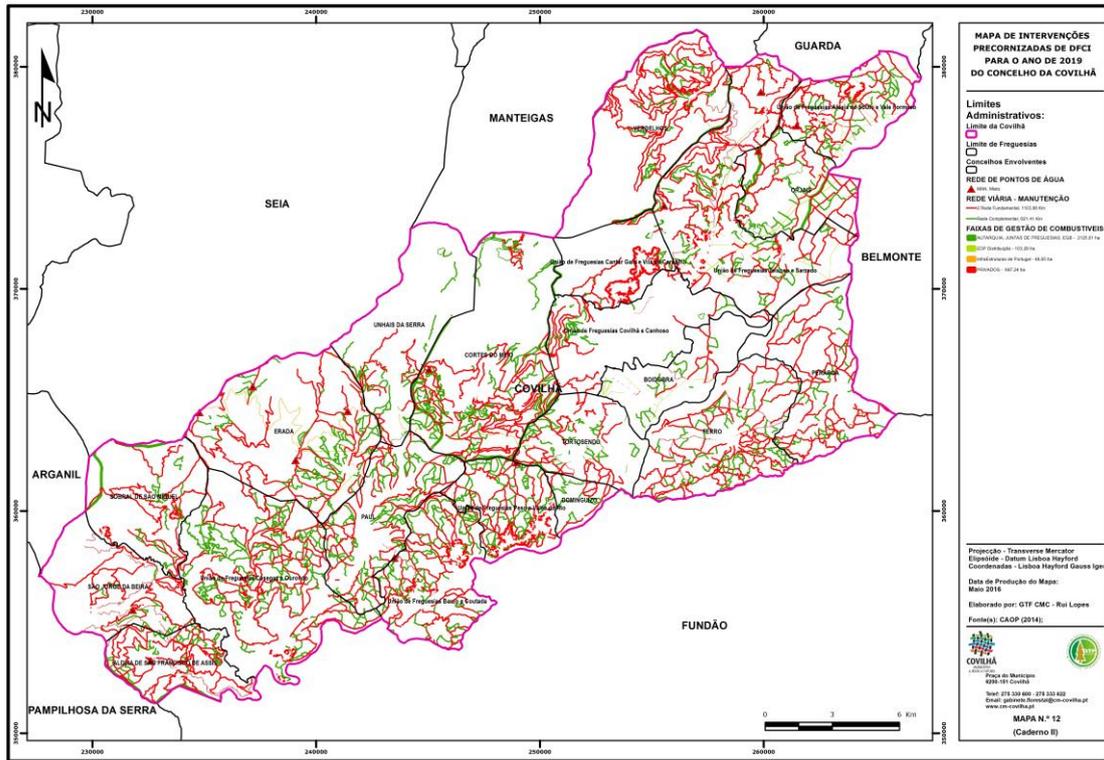


Fig. 14 Mapa12 – Representação das intervenções das FGC/MPGC, rede de pontos de água e rede viária florestal para o ano 2019 no Concelho da Covilhã  
 Fonte GTF 2016

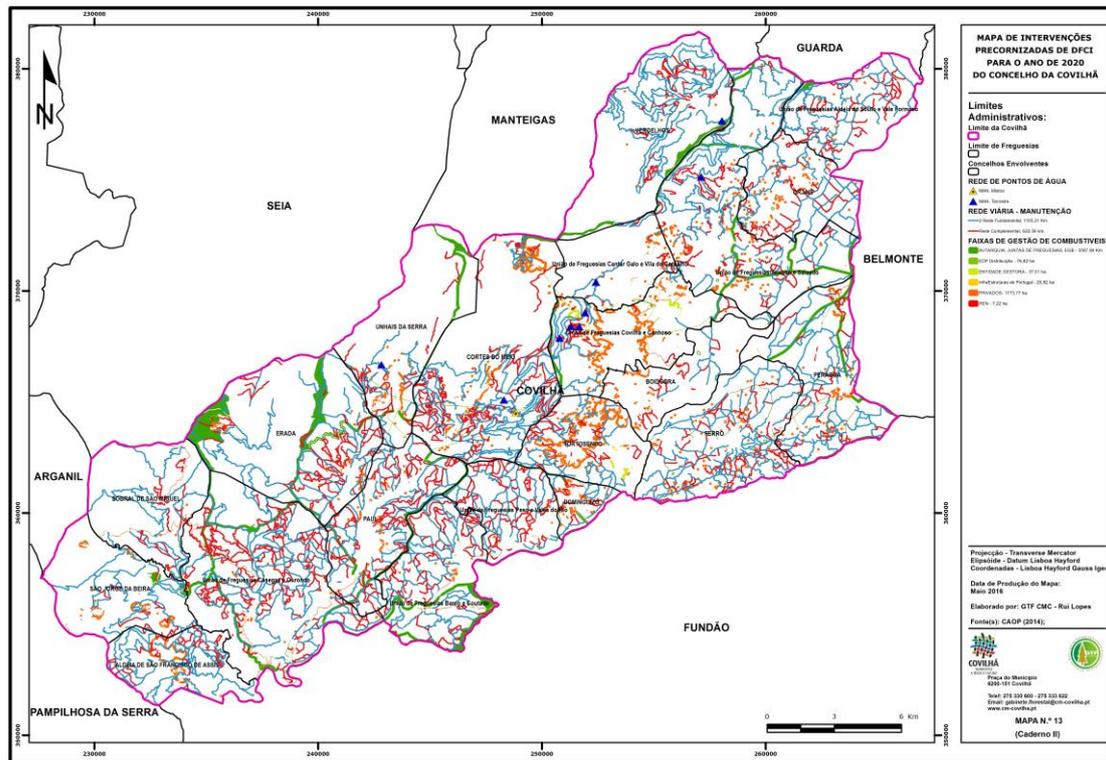


Fig. 15 Mapa13 – Representação das intervenções das FGC/MPGC, rede de pontos de água e rede viária florestal para o ano 2020 no Concelho da Covilhã  
 Fonte GTF 2016

### **Definição dos meios de Execução**

Os meios de execução das diferentes faixas de gestão de combustível, que poderão ser usados no Concelho da Covilhã são os seguintes:

- 001 - Equipa de Sapadores Florestais da Autarquia;
- 002 - Equipa de Sapadores Florestais de Organização de Produtores Florestais / Baldios;
- 003 - Equipas de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- 004 - Empresa Prestação de Serviços / Prestadores de Serviços;
- 005 - Meios Próprios da Autarquia;
- 006 - Programas Ocupacionais;
- 007 - Outros

Deste modo a execução de todas as Faixas de Gestão de Combustível no concelho da Covilhã, está enquadrada na classificação de “Outros”, sendo indicadas as entidades responsáveis pela construção / manutenção das várias FGC:

- Edifícios em Espaço Rural – Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham terrenos confinantes com estas edificações.
- Aglomerados Populacionais – Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham terrenos na faixa referida.
- Polígonos Industriais e Parques de campismo – Entidade Gestora respectiva.
- Rede Viária Florestal – Infraestruturas de Portugal, Câmara Municipal, proprietários.
- Rede Eléctrica Média Tensão e Alta Tensão – EDP
- Pontos de Água – Proprietários, arrendatários, usufrutuários.
- Rede primária – Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham terrenos na faixa referida

Em caso de incumprimento do referido anteriormente, a Câmara Municipal notifica as entidades responsáveis pelos trabalhos.

Verificado o incumprimento, a Câmara Municipal poderá realizar os trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada.

### **Definição dos meios de financiamento**

Os meios de financiamento, para a execução das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis que poderão ser usados no Concelho da Covilhã são:

- 001 - Autarquia;
- 002 – Fundo Florestal Permanente (FFP)
- 003 - Outro;
- 004 – Serviço Público – Programa de Sapadores Florestais
- 005 – POSEUR2020;

Tendo em conta que as entidades indicadas na execução (construção / manutenção) de todas as Faixas de Gestão de Combustível estão enquadradas na classificação de “Outros”, os meios de financiamento, para a execução das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis também se encontram enquadrados na classificação “Outros”.

Em caso de incumprimento na execução de todas as faixas de gestão de combustíveis, a Câmara Municipal notifica as entidades responsáveis pelos trabalhos, verificado o incumprimento, a Câmara Municipal poderá realizar os trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada.

A Câmara Municipal da Covilhã, durante a vigência deste PMDFCI irá analisar uma possível submissão de candidatura ao PDR2020<sup>4</sup> para a realização/manutenção da rede primária

De indicar que podem beneficiar de uma candidatura ao PDR2020 as seguintes entidades: Entidades gestoras das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF); Órgãos de administração de baldios e suas associações; Organizações de produtores florestais e Produtores florestais; Entidades gestoras de áreas agrupadas; Entidades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário Florestal (FIIF); Organismos da administração local, associações intermunicipais e entidades participadas pelo Estado

---

<sup>4</sup> <http://www.pdr-2020.pt/>

## 2.2 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Tabela 7 Área (ha) com e sem necessidade de intervenção e distribuição da área total com necessidade de intervenção, por ano, para o período de vigência do PMDFCI, por FGC e MPGC, referindo o código da descrição da faixa no Concelho da Covilhã

Código de descrição da Faixa/Mosaico	Área Total (ha)			Área com Intervenção (ha)				
	Área Total	Área Sem Intervenção	Área Com Intervenção	2016	2017	2018	2019	2020
1 - Edificações Integradas em Espaços Rurais	790,99	0	790,99	790,99	0	790,99	0	790,99
2 - Aglomerados Populacionais	2432,23	612,52	1819,71	869,23	549,68	865,89	549,68	865,89
3 - Parque e Polígonos Industriais	96,67	54,28	42,39	42,39	0	42,39	0	42,39
4 - Rede Viária Florestal	3640,32	0	3640,32	1865,38	1774,94	1865,38	1774,94	1865,38
7 - Linhas Elétricas em Muito Alta Tensão	29,05	0	29,05	7,22	18,45	3,38	0	6,76
8 - Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	2480,31	0	2480,31	518,66	1252,72	406,3	518,66	1252,72
10 - Linhas Elétricas em Média Tensão	334,63	0	334,63	0	57,42	97,86	103,29	76,06
11 - Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	588,36	0	588,36	588,36	0	588,36	0	588,36
12 - Pontos de Água	41,93	0	41,93	14,31	27,62	14,31	27,62	14,31

### 2.3 Rede Viária Florestal

Em seguida é apresentada a tabela da rede viária florestal de DFCI, em Kms, dividida em rede fundamental (1.º e 2.º Ordem) e complementar, com e sem necessidade de intervenção e distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção, por ano, para o período de vigência do PMDFCI.

Tabela 8 Rede Viária DFCI em Km, dividida em rede fundamental (1.º e 2.º Ordem) e complementar, com e sem necessidade de intervenção e distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção, por ano, para o período de vigência do PMDFCI

Distribuição da área total com/sem necessidade de intervenção (km)													
Ordem das vias RVF (Rede DFCI)	Compri. total c/ neces. Interv.	Compri. total s/ neces. Interv.	Compri. total	2016		2017		2018		2019		2020	
				C/ Interv.	S/ Interv.								
<b>1.º Ordem Rede Fundamental</b>	0	172,88	172,88	0	172,88	0	172,88	0	172,88	0	172,88	0	172,88
<b>2.º Ordem Rede Fundamental</b>	1.121,14	321,99	1.443,13	1.121,14	321,99	1.121,14	321,99	1.121,14	321,99	1.121,14	321,99	1.121,14	321,99
<b>Rede Complementar</b>	621,41	57,58	678,99	621,41	57,58	621,41	57,58	621,41	57,58	621,41	57,58	621,41	57,58
<b>Total</b>	<b>1742,55</b>	<b>552,45</b>	<b>2.295,00</b>	<b>1742,55</b>	<b>552,45</b>								

## 2.4 Rede de Pontos de Água

Em termos de construção de novos pontos de água e atendendo à densidade existente, muito inferior à densidade definida em termos do PROF-BIN (existência de pelo menos um ponto de água de capacidade entre 500 e 600 m<sup>3</sup> por cada 1000 hectares de área florestal), entendeu-se também considerar, nesta fase do Plano, a construção de novos pontos de água.

Relativamente à manutenção / beneficiação é necessário ter em conta que todos os pontos de água, se encontram em terrenos privados, sendo desta forma os proprietários, arrendatários, usufrutuários, desses terrenos os responsáveis pela sua manutenção, à excepção das barragens: Barragem do Viriato - responsável ICOVI – Barragem do Covão do Ferro – responsável EDP, os responsáveis pela sua manutenção.

A Camara Municipal da Covilhã, através do seu GTF e SMPC juntamente com as Juntas de Freguesias do Concelho e em coordenação com os proprietários, arrendatários, usufrutuários dos terrenos privados aonde estão inseridos os pontos de água, irá efectuar uma análise (validação no terreno) dos pontos de água existentes, de modo a verificar a sua manutenção e caso seja necessário a sua beneficiação, de forma a melhorar a sua capacidade de armazenamento e o reabastecimento de água das viaturas de combate a incêndios florestais.

Assim, o quadro relativo à identificação de cada ponto de água, referindo o ID\_PA, a designação do Tipo de PA, CLASSE\_PA, indicando o volume máximo (m<sup>3</sup>), assinalando por ano, para o período de vigência do PMDFCI (2016 a 2020) apenas apresentara os pontos de água construídos, ficando para levantamento (validação) nos terrenos os pontos de água a beneficiar/manter.

Tabela 6 Ponto de água, referindo o ID\_PA, a designação do Tipo de PA, CLASSE\_PA, indicando o volume máximo (m<sup>3</sup>), assinalando por ano, para o período de vigência do PMDFCI (2016 a 2020) os pontos de água a construir e/ou manter/ beneficiar no Concelho da Covilhã

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Tipo da Rede de Pontos de Água	CLASSE_PA	Volume máximo (m <sup>3</sup> )	2016			2017			2018			2019			2020		
						Construir	Manter	Beneficiar												
Aldeia de São Francisco de Assis	53	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X							X							
Boidobra	07	214	Charca	M	156.000		X		X		X			X				X		
Cortes do Meio	18	212	Albufeira de Barragem	M	5.600.000		X		X		X		X		X			X		
	22	214	Charca	T	9.600		X		X		X		X		X			X		
	23	114	Tanque DFCI	T	40			X					X							
	41	214	Charca	M	5.000			X					X							
	43	214	Charca	M	6.000	X							X							
Dominguiso	1	214	Charca	M	6.000		X		X		X		X		X			X		
	2	214	Charca	M	6.000		X		X		X		X		X			X		
Erada	30	214	Charca	M	8.000		X		X		X		X		X			X		
	49	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X							X							
	50	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X							X							
	51	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X							X							
	52	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X							X							

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Tipo da Rede de Pontos de Água	CLASSE_PA	Volume máximo (m3)	2016			2017			2018			2019			2020		
						Construir	Manter	Beneficiar												
Ferro	3	214	Charca	M	6.000		X			X			X			X			X	
	4	214	Charca	M	6.000		X			X			X			X			X	
	40	214	Charca	M	7.500		X			X			X			X			X	
	46	214	Charca	M	1.000.000		X			X			X			X			X	
Orjais	9	214	Charca	M	6.000		X			X			X			X			X	
	11	214	Charca	M	6.400		X			X			X			X			X	
	12	214	Charca	M	6.000		X			X			X			X			X	
	47	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X								X						
Paul	27	214	Charca	M	7.500		X			X			X			X			X	
	28	214	Charca	M	4.800		X			X			X			X			X	
	29	214	Charca	M	4.600		X			X			X			X			X	
Peraboa	5	214	Charca	M	22.500		X													
	47	214	Charca	M	15.000		X													
São Jorge da Beira	54	114	Tanque DFCI	M	75			x					X							
Tortosendo	34	214	Charca	M	5.000		X			X			X			X			X	
	44	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X							X							

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Tipo da Rede de Pontos de Água	CLASSE_PA	Volume máximo (m3)	2016			2017			2018			2019			2020		
						Construir	Manter	Beneficiar												
Unhais da Serra	18	211	Albufeira de Barragem	M	440.000		X			X			X			X			X	
	19	212	Albufeira de Açude	M	50.000		X			X			X			X			X	
	20	114	Charca	T	6.000			x					X							
	41	111	Reservatório DFCI	M	3.500		X			X			X			X			X	
UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	44	114	Tanque DFCI	m	3.500	X							X							
UF de Casegas e Ourondo	30	214	Charca	M	9.000			X									X			
	31	214	Charca	M	8.500			X									X			
	32	222	Ribeira do Porsim	M	12.000			x					X							
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	6	211	Albufeira de Barragem	M	100.000		X			X			X			X			X	
	35	114	Tanque DFCI	T	30			X					X							
	36	114	Tanque DFCI	T	30			X					X							
	37	114	Tanque DFCI	T	24			X					X							
	38	114	Tanque DFCI	T	25			X					X							
UF de Peso e Vales do Rio	24	214	Charca	T	6.000		X			X			X			X			X	
	25	214	Charca	M	9.000		X			X			X			X			X	
	61	114	Tanque DFCI	M	500		X			X			X			X			X	
	62	114	Tanque DFCI	T	50		X			X			X			X			X	

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Tipo da Rede de Pontos de Água	CLASSE_PA	Volume máximo (m3)	2016			2017			2018			2019			2020		
						Construir	Manter	Beneficiar												
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	10	214	Charca	M	8.000		X			X			X			X			X	
	39	114	Tanque DFCI	T	60			X		X			X			X			X	
	55	214	Charca	M	6.000	X								X						
	59	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X								X						
	60	111	Reservatório DFCI	T	3.500	X								X						
União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto	13	114	Tanque de Rega	T	375		X			X			X			X			X	
	14	214	Charca	M	9.000		X			X			X			X			X	
	15	214	Charca	M	8.500		X			X			X			X			X	
	16	214	Charca	M	6.400		X			X			X			X			X	
	17	214	Charca	M	8.000		X			X			X			X			X	
	58	111	Reservatório DFCI	M	3.500	X								X					X	
Verdelhos	46	114	Tanque DFCI	T	30			X					X							

## 2.5 Metas e Indicadores

No quadro seguinte apresentam-se as áreas dos vários tipos de faixas de gestão de combustível, rede viária e pontos de água, por freguesia, que constituem metas a atingir por ano, e cujo objectivo é aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais

Tabela 10 Metas e indicadores- 1º eixo estratégico

Descrição da FGC E MPGC	Meta	Indicadores mensuráveis (ha)				
		2016	2017	2018	2019	2020
1 - Edificações Integradas em Espaços Rurais	Gestão de Combustíveis	790,99	0	790,99	0	790,99
2 - Aglomerados Populacionais		869,23	549,68	865,89	549,68	865,89
3 - Parque e Polígonos Industriais		42,39	0	42,39	0	42,39
4 - Rede Viária Florestal		1865,38	1774,94	1865,38	1774,94	1865,38
7 - Linhas Elétricas em Muito Alta Tensão		7,22	18,45	3,38	0	6,76
8 - Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível		518,66	1252,72	406,3	518,66	1252,72
10 - Linhas Elétricas em Média Tensão		0	57,42	97,86	103,29	76,06
11 - Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível		588,36	0	588,36	0	588,36
12 - Pontos de Água		14,31	27,62	14,31	27,62	14,31

Rede Viária Florestal	Meta	Indicadores mensuráveis (Km)				
		2016	2017	2018	2019	2020
1.ª Ordem	Manutenção/beneficiação	0	0	0	0	0
2.ª Ordem		1.11,14	1.121,14	1.121,14	1.121,14	1.121,14
Rede complementar		621,41	621,41	621,41	621,41	621,41

Classe de ponto de água	Meta	Indicadores mensuráveis (unidades)				
		2016	2017	2018	2019	2020
Misto	Construção	9				
Misto	Manutenção/beneficiação	6		12	2	
Terrestre	Manutenção/beneficiação	6		6		

## 6 Responsabilidades e Orçamento

Relativamente ao orçamento estimado e responsabilidades associadas a cada acção, apresentamos no quadro seguinte, os cálculos efectuados, tendo por base um valor médio, para a intervenção nas faixas de gestão de combustível.

	Descrição das ações	Tipo de ação	Valor	Unidades
<b>Estimativas</b>	Silvicultura (*)		1000,00 €	Hectares
	Caminhos	Abertura	6000,00 €	Quilómetro
		Beneficiação	2000,00 €	Quilómetro
	Aceiros	Abertura	314,16 €	Quilómetro
		Beneficiação	157,08 €	Quilómetro
	Fogo Controlado	Povoamentos	467,35 €	Hectares
		Matos	373,88 €	Hectares
	Pontos Água (**)	Construção	35.000,00€	Unidade
		Beneficiação	10.000,00 €	Unidade
	<b>Nota: (*) Inclui desramação e desbastes; (**) Inclui o valor da Tela Geotêxtil</b>			

Estes valores foram definidos de acordo com as matrizes de beneficiação estabelecidas pela CAOF 2015/2016 (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais).

Sobre todos os orçamentos apresentados recai a taxa de inflação que se vier a verificar em cada ano.

Uma vez que a execução de todas as Faixas de Gestão de Combustível está enquadrada na classificação de “Outros”, importa referir que as entidades responsáveis pela construção / manutenção das várias FGC são:

Tabela 11 Responsáveis pela execução do 1º eixo estratégico

Acção/ Metas		Responsáveis
Criar e manter rede primária		Entidade gestora; Câmara Municipal, Proprietários
Criar e manter faixas exteriores de protecção a edificações isoladas em espaço rural		Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidade que a qualquer título detenham terrenos confinantes com estas edificações
Criar e manter faixas exteriores de protecção nos aglomerados populacionais		Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham terrenos na referida faixa
Criar e manter faixas exteriores de protecção em polígonos industriais e parques de campismo		Entidade gestora respectiva
Criar e manter faixas de gestão de combustível à Rede Viária Florestal		Estradas de Portugal, Câmara Municipal, Proprietários detenham terrenos confinantes
Criar e manter mosaicos de parcelas de gestão de combustível (ex. linhas de água)		APA, Câmara Municipal e Proprietários detenham os terrenos confinantes
Criar e manter faixas exteriores de protecção a pontos de água		Câmara Municipal, Proprietários, arrendatários, usufrutuários
Criar e manter faixas de gestão de combustível à Rede Eléctrica	MT	REN, EDP
	AT	

Em caso de incumprimento do referido anteriormente, a Câmara Municipal notifica as entidades responsáveis pelos trabalhos.

Verificado o incumprimento, a Câmara Municipal poderá realizar os trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada

Tabela 12 Responsáveis e Orçamento- 1º eixo estratégico

Descrição da FGC E MPGC	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)				
		2016	2017	2018	2019	2020
1 – Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	790.990,00	0,0	790.990,00	0,0	790.990,00
2 – Aglomerados populacionais	Proprietários	869.230,00	549.680	865.890,00	549.680,00	865.890,00
3 – Parques e polígonos Industriais	Proprietários	42.390,00	0,0	42.390,00	0,0	42.390,00
4 – Rede viária florestal	Município	1.844.560,00	1.726.290,00	1.844.560,00	1.726.290,00	1.844.560,00
4 – Rede viária florestal	SCUTVIAS/INFP	20.820,00	48.650,00	20.820,00	48.650,00	20.820,00
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	REN	722,00	18.450,00	338	0,0	676
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	Município	518.660,00	1.252.720,00	406.300,00	518.660,00	1.252.720,00
10 -Linhas elétricas em média tensão	EDP	0,0	57.420,00	97.860,00	103.290,00	76.060,00
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	Município	588.360,00	0,0	588.360,00	0,0	588.360,00
12 – Pontos de água	Proprietários e Município	14.310,00	27.620,00	14.310,00	14.310,00	27.620,00
	<b>Total</b>	<b>4.690.042,00</b>	<b>3.680.830,00</b>	<b>4.671.818,00</b>	<b>2.960.880,00</b>	<b>5.510.086,00</b>

Rede Viária Florestal	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)				
		2016	2017	2018	2019	2020
1.ª Ordem		0	0	0	0	0
2.ª Ordem	Município/Juntas de Freguesia	2.242.280,00	2.242.280,00	2.242.280,00	2.242.280,00	2.242.280,00
Rede complementar	Município/Juntas de Freguesia	1.242.820,00	1.242.820,00	1.242.820,00	1.242.820,00	1.242.820,00
	<b>Total</b>	<b>3.485.100,00</b>	<b>3.485.100,00</b>	<b>3.485.100,00</b>	<b>3.485.100,00</b>	<b>3.485.100,00</b>

Classe de ponto de água	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)				
		2016	2017	2018	2019	2020
Mistos a construir	Município/Juntas de Freguesia	315.000,00				
Mistos a manter/beneficiar	Município/Juntas de Freguesia	60.000,00		120.000,00	20.000,00	
Terrestres a manter/beneficiar	Município/Juntas de Freguesia	60.000,00		60.000,00		
<b>Total</b>		<b>435.000,00</b>		<b>180.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	

## **EIXO ESTRATÉGICO II - Redução da Incidência dos Incêndios**

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto das actividades que têm por objectivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, actuando em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Considerando que o objectivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por actividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá actuar.

Tabela 13 Orientações constantes no PNDFCI referente ao 2º eixo estratégico

<b>Objetivo estratégico</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sensibilização e educação das populações</li> <li>✓ Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações</li> </ul>
<b>Objetivos operacionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sensibilização da população</li> <li>✓ Sensibilização e educação escolar</li> <li>✓ Fiscalização</li> </ul>
<b>Acções</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação</li> <li>✓ Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar</li> <li>✓ Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a susceptibilidade à ignição</li> </ul>

## 1. Avaliação

Tendo em conta a análise realizada na informação presente no Diagnóstico (caderno I), relativo à análise do histórico dos incêndios, no período de 2004 a 2014, podemos constatar que existe intencionalidade (33 e 10 respectivamente) na colocação dos incêndios, sendo que esta parte deve ser analisada pelas autoridades competentes.

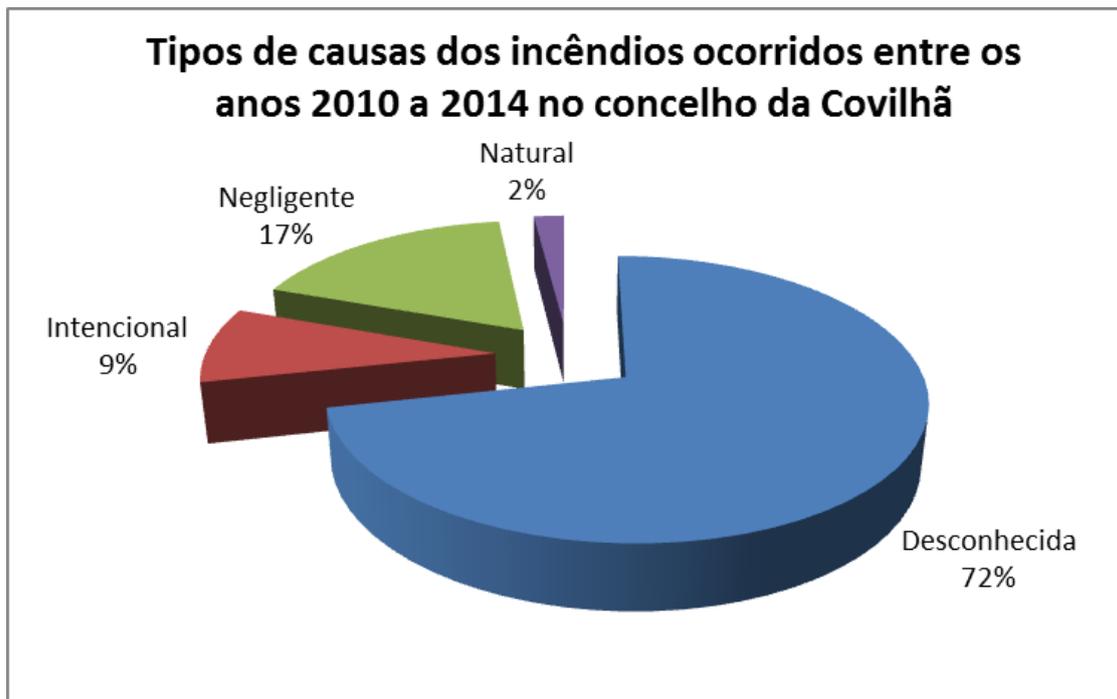


Fig. 12 Gráfico de percentagem dos tipos de causa dos incêndios ocorridos entre os anos de 2004 a 2014 no concelho da Covilhã

Fonte: GTF (2015)

Pela análise do gráfico, verificamos que 17% das causas são negligência, sendo que esta negligência se deve ao facto da população em geral não estar alertada (“preocupada”) para o cumprimento da legislação em vigor Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho (alterado pelo DL nº 17/2009 de 14 de janeiro)

As situações previstas passíveis de fiscalização na área da DFCI encontram se preconizadas na legislação acima referida sendo de salientar as referidas nos seguintes artigos:

- Art.º 15º -Redes Secundarias de faixas de gestão de combustível,
- Art.º 16º - Condicionalismos à edificação;
- Art.º 27º -Queimadas,
- Art.º 28º - Queima de sobrantes e realização de fogueiras,
- Art.º 29º - Foguetes e outras formas de fogo:
- Art.º 30º - Maquinaria e equipamento

### 1.1 Comportamentos de risco

Embora não haja um registo com a identificação dos comportamentos de risco mais representativos, por grupo alvo no Concelho da Covilhã, apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 14 Identificação dos comportamentos de risco s, por grupo alvo no concelho da Covilhã

Grupo-Alvo	Comportamento de Risco			
	O quê	Como?	Onde?	Quando?
População Urbana / Agricultor / Apicultor / Pastor	Uso do fogo, utilização de maquinaria e equipamento florestal	Confecionar alimentos, queima de sobrantes, uso de fumigadores, lançamento de faúlhas	Todo o Concelho	Todo o ano

Fonte: GTF CMC (2015)

## 1.2. Fiscalização

De acordo com dados da GNR/SEPNA do Concelho da Covilhã e da CMC, apresenta-se o seguinte quadro relativo à inventariação do número de autos levantados e processos de contra ordenação instruídos nas situações previstas na legislação, Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redacção, faixas dos 50 metros envolta de edificações, referente ao ano de 2015

Tabela 15 N.º de autos e processos instruídos, ano 2015

Autos levantados		Processos de contra ordenação instruídos		Tipologia da situação (DL n.º 124/2006 de 28 de Junho)	% Processos instruídos de contra ordenação	Ano
N.º	Entidade	N.º	Entidade			
53	GNR/SEPNA	0	CMC	N.º 2 do art.º 27º (Queimadas)	0	2015

Fonte: GNR/SEPNA Covilhã e CMC (2015)

## **2.Planeamento das acções referentes ao 2º Eixo Estratégico**

### 2.1 Sensibilização

O resultado das ações de sensibilização não se concretiza, normalmente, no curto prazo, pelo que o trabalho a desenvolver terá um carácter permanente e tenderá para o fomento do interesse e participação de cada cidadão.

Pretende-se com a sensibilização, a participação e educação da população em geral para a adesão e adoção de estratégias de Prevenção, Gestão Florestal Sustentada e Defesa da Floresta Contra Incêndios, tais como:

- Integrar o esforço de gestão florestal dos proprietários numa futura política florestal de freguesia ou concelhia, com especial relevo para a redução do risco e perigo de incêndio, mobilizando-os para a limpeza e manutenção das suas matas;
- Reduzir o número de incêndios causados por negligência, desaconselhando atividades perigosas como a pirotecnia, churrascos nos meses secos e as consequências inerentes ao uso de maquinaria de combustão (interna e externa);
- Divulgação dos números telefónicos de alerta de incêndios.

Para o desenvolvimento destas ações, prevê-se ter como parceiros as entidades representadas na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) designadamente:

- Gabinete Técnico Florestal;
- Bombeiros Voluntários da Covilhã;
- Guarda Nacional Republicana;
- Juntas de Freguesia;
- Organização de Produtores Florestais.

Além destas entidades, será de esperar alguma colaboração da parte das paróquias, escolas e das comissões de festas populares.

### **Sessões Públicas**

Efectuar-se-ão sessões públicas nas Freguesias do Concelho, nas suas instalações, ou em contrapartida em paróquias e associações locais, pretendendo desta forma sensibilizar os cidadãos, dando especial atenção aos proprietários florestais e agricultores. Estas sessões serão complementadas com:

- Distribuição de folhetos, cartazes e desdobráveis com mensagens apelativas à prevenção de incêndios florestais;
- Elaboração e distribuição de infomail's de sensibilização por todas as localidades do Concelho, com conselhos práticos visando a prevenção de incêndios florestais.
- Divulgação dos apoios existentes referentes à reflorestação de áreas ardidas e às vantagens em aderir às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF);
- Divulgação do Risco de Incêndio para o dia seguinte e das restrições ao uso do fogo, através da página da Internet do Município e das emissoras de rádio locais.

### **Ações nas Escolas**

As campanhas a realizar com a comunidade escolar incidirão fundamentalmente em escolas inseridas em meio rural, onde o risco de incêndio é elevado e onde existe um registo histórico de ignições com origem em comportamentos negligentes no uso do fogo. Para isso o Gabinete Técnico Florestal irá deslocar-se às escolas para:

- Desenvolver palestras temáticas sobre os valores e os perigos da floresta;
- Distribuição de folhetos com mensagens apelativas à prevenção de incêndios florestais.

### **Ações de Rua**

Os elementos adstritos às entidades integrantes da CMDFCI, irão promover ações de rua, através da distribuição de:

- Folhetos com mensagens informativas sobre a floresta e questões afins;
- Distribuição de cartazes de sensibilização em vários locais, designadamente cafés, associações recreativas, instituições públicas e à população em geral.

Tabela 16 Descrição- sensibilização e grupo alvo metas e indicadores

Ação de sensibilização / Público-alvo	Objetivo	Metas	Data	Ano/local				
				2016	2017	2018	2019	2020
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias do Concelho	Março/abril	21 Freguesias em articulação com o NPA				
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Março/abril	Distribuição porta a porta nas 21 freguesias				
Operador de máquinas agrícolas/florestais	Sensibilizar empresas ou empresários a título individual, sobre as possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faúlhas ou faíscas e de dispositivos tapa chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	Distribuição de folhetos com informação sobre as boas práticas florestais e comportamentos de risco.	Março/abril	Distribuição porta a porta nas 21 freguesias		Distribuição porta a porta nas 21 freguesias		Distribuição porta a porta nas 21 freguesias
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população em geral sobre a importância do corte dos matos.	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias do Concelho	Março/abril	21 Freguesias em articulação com o NPA				
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Março/abril	Distribuição porta a porta nas 21 freguesias				
Estudantes	Sensibilizar a população escolar (1º ciclo) sobre a importância do corte dos matos e o uso do fogo	Realizar ações de sensibilização em todas as escolas do concelho e/ou distribuição de folhetos informativos	21 de Março	Todas as escolas do concelho				

## 2.2 Fiscalização

Tendo como base a avaliação efectuada, na fiscalização são consideradas como zonas de dissuasão e fiscalização, as zonas agrícolas envolventes aos aglomerados populacionais (eliminação de restolho) e zonas de pastagens permanentes (renovação de pastagens), visto que todos os processos de contra ordenação levantados incidem apenas sobre queimadas, realizadas sem licenciamento.

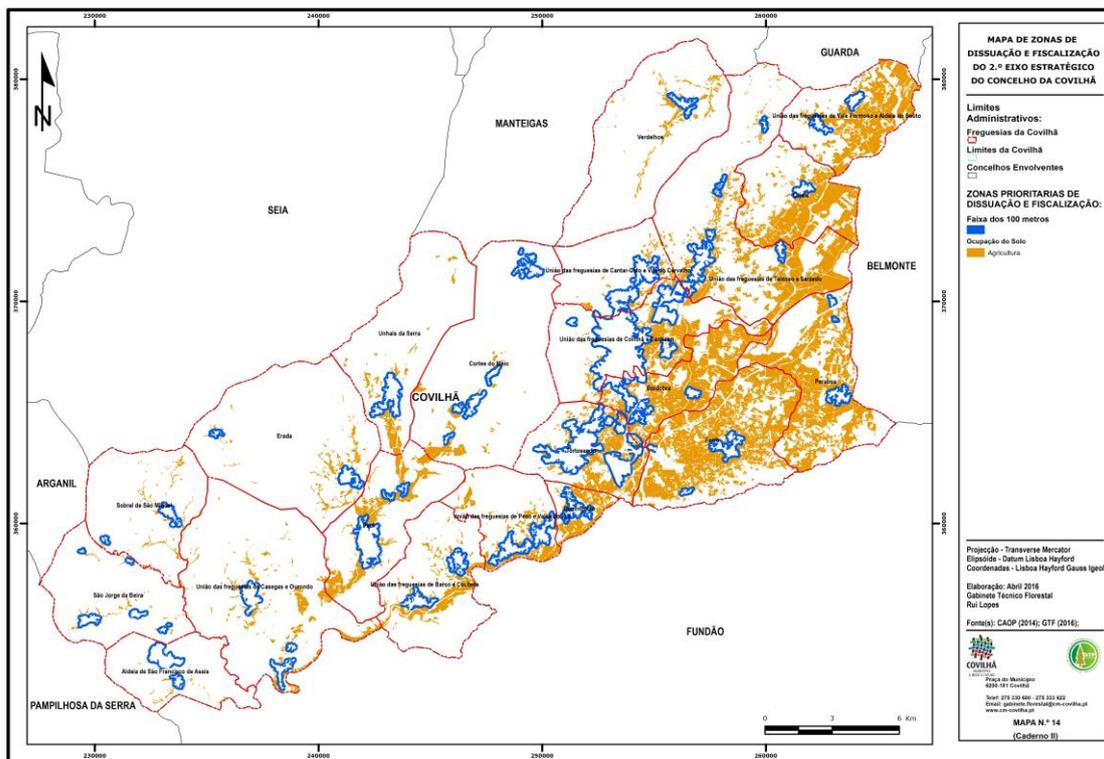


Fig. 16 Mapa14 - Zonas de dissuasão e fiscalização do 2º eixo estratégico no Concelho do Covilhã  
 Fonte: GTF 2016

## 2.3 Metas e Indicadores

### Sensibilização

Tabela 17 Metas e indicadores de sensibilização- 2º eixo estratégico

Ação de sensibilização / Público-alvo	Objetivo	Metas	Data	Indicadores				
				2016	2017	2018	2019	2020
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias do Concelho	março/abril	21 Freguesias em articulação com o NPA				
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	março/abril	Distribuição porta a porta nas 21 freguesias				
Operador de máquinas agrícolas/florestais	Sensibilizar empresas ou empresários a título individual, sobre as possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faúlhas ou faíscas e de dispositivos tapa chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	Distribuição de folhetos com informação sobre as boas práticas florestais e comportamentos de risco.	março/abril	Distribuição porta a porta nas 21 freguesias		Distribuição porta a porta nas 21 freguesias		Distribuição porta a porta nas 21 freguesias
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população em geral sobre a importância do corte dos matos.	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias do Concelho	março/abril	21 Freguesias em articulação com o NPA				
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	março/abril	Distribuição porta a porta nas 21 freguesias				
Estudantes	Sensibilizar a população escolar (1º ciclo) sobre a importância do corte dos matos e o uso do fogo	Realizar ações de sensibilização em todas as escolas do concelho e/ou distribuição de folhetos informativos	21 de março	Todas as escolas do concelho				

### Fiscalização

Relativamente a metas e indicadores de fiscalização no âmbito do 2º eixo estratégico, não serão apresentados pois cada entidade emanada no art.º 37º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho (alterado pelo DL nº 17/2009 de 14 de janeiro) actua no âmbito das suas atribuições e possui as suas próprias metas definidas, deixando de ser desta forma competência do PMDFCI atribuir metas e indicadores de fiscalização a cada uma das entidades.

Apenas se apresenta uma tabela meramente informativa sobre quais os problemas em que devem ter maior incidência as acções de fiscalização a realizar por cada entidade.

Tabela 18 Tabela de problemas sobre os quais devem incidir as acções de fiscalização – 2º eixo estratégico

Problema Diagnosticado	Acção
Queimadas	Fiscalização nos terrenos envolventes a aglomerados populacionais e zonas de pastagens em zonas de interface urbano/florestal
Queima de sobrantes	Fiscalização nos terrenos envolventes a aglomerados populacionais e zonas de interface urbano/florestal
Defesa de pessoas e bens	Fiscalização da realização das Redes secundárias de faixa de gestão de combustíveis
Construção de Edificações para habitação, serviços e indústria fora de áreas edificadas consolidadas em terrenos com risco de incêndio florestal de classe alta e muito alta	Fiscalização de novas edificações no espaço florestal ou rural
Depósito de madeiras e outros produtos inflamáveis	Verificar a interdição de depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis nas redes de faixas e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustível
Foguetes e outras formas de fogo	Fiscalização de lançamento de Foguetes e outras formas de fogo
Utilização de maquinaria nos trabalhos e outras actividades que decorem em espaços rurais durante o período crítico	Verificação de todo o tipo de tractores, máquinas e veículos de transporte pesados, estão dotados de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa -chamas nos tubos de escape ou chaminés, e estejam equipados com um ou dois extintores de 6 kg, de acordo com a sua massa máxima

## 2.4 Responsabilidades e Orçamento

### **Sensibilização**

Tabela 19 Responsáveis e Orçamento- 2º eixo estratégico

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de Orçamentos (€)				
			2016	2017	2018	2019	2020
Comemoração do dia da Árvore	Sensibilizar 3000 pessoas	GTF	6000	6000	6500	6500	6500
	<b>Sub-Total</b>		<b>6000</b>	<b>6000</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>
Comemoração do dia do Ambiente	Sensibilizar 3000 pessoas	GTF	6000	6000	6500	6500	6500
	<b>Sub-Total</b>		<b>6000</b>	<b>6000</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>
Sensibilização da população em geral em relação ao uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar toda a população do Concelho	GTF	6000	6000	6500	6500	6500
	<b>Sub-Total</b>		<b>6000</b>	<b>6000</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>
Operador de máquinas / limpeza de matos	Sensibilizar toda a população do Concelho	GTF	6000	6000	6500	6500	6500
	<b>Sub-Total</b>		<b>6000</b>	<b>6000</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>	<b>6500</b>
<b>Total</b>			<b>24000</b>	<b>24000</b>	<b>24000</b>	<b>26000</b>	<b>26000</b>

## **Fiscalização**

Relativamente a orçamentos e responsáveis de fiscalização no âmbito do 2º eixo estratégico, não serão apresentados, porque as entidades com competência de fiscalização encontram se emanadas no art.º 37º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho (alterado pelo DL nº 17/2009 de 14 de janeiro) e no âmbito das suas competências possuem orçamentos por si definidos, deixando de ser desta forma competência do PMDFCI atribuir um orçamento de fiscalização no âmbito do 2º eixo estratégico.

### **EIXO ESTRATÉGICO III - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios**

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a detecção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação e formas de actuação assim como o levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à problemática dos incêndios florestais.

Tabela 20 Orientações constantes no PNDFCI referente ao 3º eixo estratégico

<b>Objetivo estratégico</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1.ª intervenção</li> <li>✓ Adequação da capacidade de 1.ª intervenção</li> <li>✓ Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio</li> </ul>
<b>Objetivos operacionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estruturação e gestão da vigilância e da detecção como um sistema integrado</li> <li>✓ Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção</li> <li>✓ Garantia da correcta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio</li> <li>✓ Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão</li> </ul>
<b>Acções</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Execução da inventariação dos meios e recursos existentes</li> <li>✓ Definição de sectores territoriais DFCE e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio</li> <li>✓ Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e detecção</li> <li>✓ Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão</li> </ul>

## 1 Avaliação Meios e Recursos

### 1.1. Vigilância e Detecção

Tabela 21 Tabela de Entidades nas diversas acções do SDFCI

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	Área de actuação (sectores territoriais)	Recursos humanos (n.º)	Período de actuação
Vigilância e Detecção	Postos Vigia (apoio à vigilância)	32,1	Bacia de visão	1 por turno	Período Crítico
		32,3	Bacia de visão	1 por turno	Período Crítico
		32,4	Bacia de visão	1 por turno	Período Crítico
	GNR / SEPNA (*)	EPNA	Concelho	7 Civis 5 Militares	Todo o ano
	Sapadores Florestais (CDFBCM) (***)	05-16A	S0503010;S0503011; S0503012	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (CDBE)	10-16A	S050309	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (QUEIRÓ)	09-16A	S050313; S050314; S050315; S050316; S050317; S050318	4	Período Crítico
Primeira Intervenção	Bombeiros Voluntários da Covilhã (**)		Concelho	12	Todo o ano
	Sapadores Florestais (CDFBCM) (***)	05-16A	S0503010;S0503011; S0503012	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (CDBE)	10-16A	S050309	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (QUEIRÓ)	09-16A	S050313; S050314; S050315; S050316; S050317; S050318	4	Período Crítico

(\*) Só Atua em 19 freguesias do concelho que são: Boidobra; Cortes do Meio; Dominguiso; Erada; Ferro; Orjais; Paul; Peraboa; Sobral de S. Miguel; Tortosendo; Unhais da Serra; Verdelhos; UF de Barco e Coutada; UF de Cantar Galo e Vila do Carvalho; UF de Casegas e Ourondo; UF de Covilhã e Canhoso; UF de Peso e Vales do Rio; UF de Teixoso e Sarzedo e UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto. As restantes Freguesias nomeadamente Aldeia de São Francisco de Assis e São Jorge da Beira a equipa que intervém da GNR é a que está sediada no concelho do Fundão formada por 4 Militares.

(\*\*) Fase Bravo (15 a 31 de maio – 1 ECIN) e (1 a 30 junho – 1 ECIN); Fase Charlie (1 julho a 30 de Setembro – 2 ECIN e 1 ELAC) e Fase Delta (1 a 15 de outubro – 1 ECIN)

(\*\*\*) Esta equipa de sapadores do Concelho Diretivo do Baldio de Cortes do Meio encontra-se inoperacional não possui viatura

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	Área de actuação (sectores territoriais)	Recursos humanos (n.º)	Período de actuação
Combate	Bombeiros Voluntários da Covilhã (**)		Concelho	12	Todo o ano
Rescaldo	Bombeiros Voluntários da Covilhã (**)		Concelho	12	Todo o ano
	Sapadores Florestais (CDFBCM) (***)	05-16A	S0503010;S0503011; S0503012	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (CDBE)	10-16A	S050309	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (QUEIRÓ)	09-16A	S050313; S050314; S050315; S050316; S050317; S050318	4	Período Crítico
Vigilância Pós-incêndio	Bombeiros Voluntários da Covilhã (**)		Concelho	12	Todo o ano
	Sapadores Florestais (CDFBCM) (***)	05-16A	S0503010;S0503011; S0503012	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (CDBE)	10-16A	S050309	4	Período Crítico
	Sapadores Florestais (QUEIRÓ)	09-16A	S050313; S050314; S050315; S050316; S050317; S050318	4	Período Crítico
	GNR / SEPNA (*)	EPNA	Concelho (*)	7 Civis 5 Militares	Todo o ano

Fonte: GTF (2015)

(\*) Só Atua em 19 freguesias do concelho que são: Boidobra; Cortes do Meio; Dominguiso; Erada; Ferro; Orjais; Paul; Peraboa; Sobral de S. Miguel; Tortosendo; Unhais da Serra; Verdelhos; UF de Barco e Coutada; UF de Cantar Galo e Vila do Carvalho; UF de Casegas e Ourondo; UF de Covilhã e Canhoso; UF de Peso e Vales do Rio; UF de Teixoso e Sarzedo e UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto. As restantes freguesias nomeadamente Aldeia de São Francisco de Assis e São Jorge da Beira a equipa que intervém da GNR é a que está sediada no concelho do Fundão formada por 4 Militares.

(\*\*) Fase Bravo (15 a 31 de maio – 1 ECIN) e (1 a 30 junho – 1 ECIN); Fase Charlie (1 julho a 30 de setembro – 2 ECIN e 1 ELAC) e Fase Delta (1 a 15 de outubro – 1 ECIN)

(\*\*\*) Esta equipa de sapadores do Concelho Diretivo do Baldio de Cortes do Meio encontra-se inoperacional não possui viatura

**Mapas de Vigilância e Detecção**

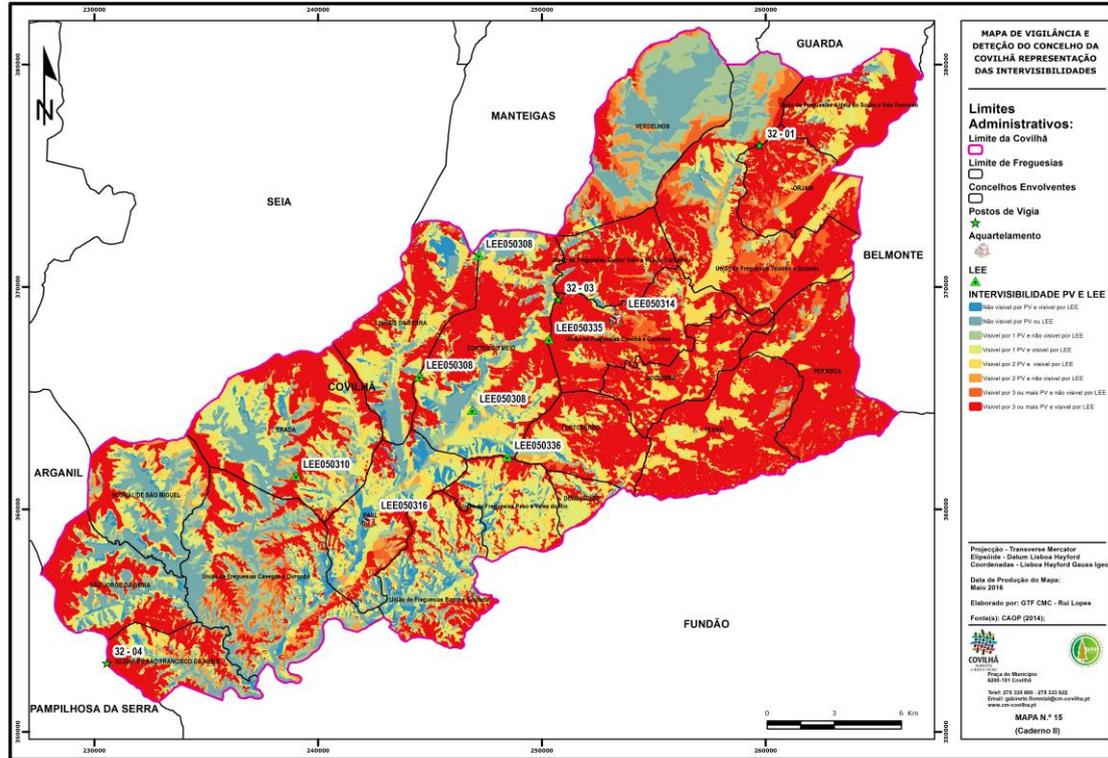


Fig. 17 Mapa15 - Vigilância e Detecção no Concelho da Covilhã - Localização e Identificação de PV e LEE e Representação de intervisibilidades de PV e LEE  
 Fonte: GTF 2016

**Quadro Índice entre o nº de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e Detecção nas Fases de Perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo**

Tabela 7 Tabela de Índice entre o nº de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e Detecção nas Fases de Perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo

Fases	Período	Média de Ocorrências 2003- 2013		Nº Ocorrências 2014		Nº total de Equipas de Vigilância e Detecção	Índice entre o nº de Incêndios/e o nº total de Equipas				
		jan.	fev.	mar.	abr.			maio	jun.	jul.	ago.
Fase Alfa	De 01 janeiro a 14 maio	jan.	2,3	jan.	0	2*	0				
		fev.	5,0	fev.	0		0				
		mar.	4,7	mar.	1		0,5				
		abr.	2,0	Abril	2		1				
		maio	3,5	maio	4		2				
Fase Bravo	De 15 maio a 30 junho	maio		maio			2				
		jun.	9,4	jun.	7	3,5					
Fase Charlie	De 01 julho a 30 setembro	jul.	22,5	jul.	7	09*	0,7				
		ago.	20,7	ago.	19		2,1				
		set.	14,3	set.	6		0,6				
Fase Delta	De 01 outubro a 31 outubro	5,8		1		02*	0,5				
Fase Echo	De 01 novembro a 31 dezembro	nov.	2,1	nov.	1		0,5				
		dez.	0,9	dez.	0	0					

\*Nota: Não foi tida em consideração a equipa do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE/ICNF)

Fonte: GTF 2016

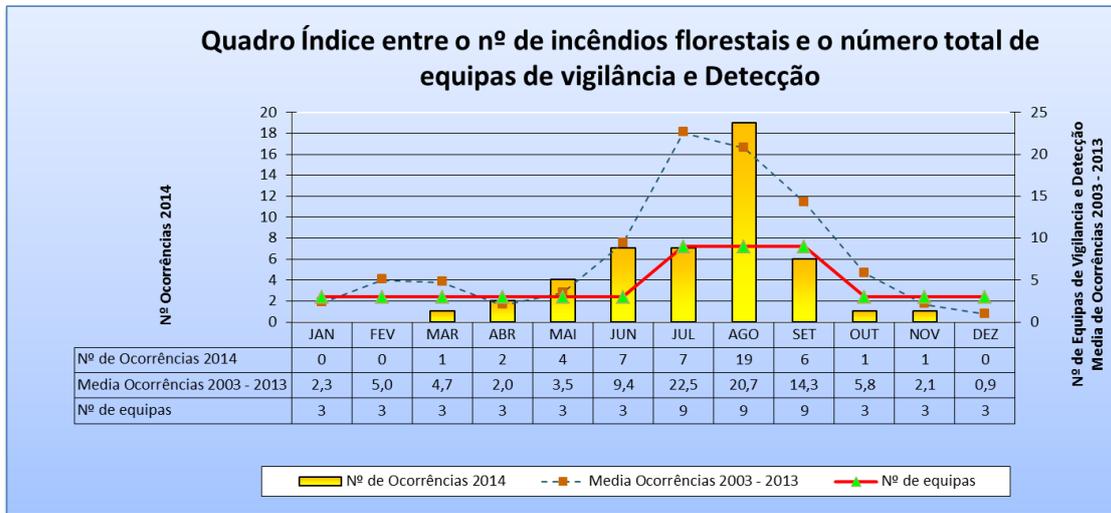


Fig. 18 Gráfico Quadro Índice entre o nº de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e Detecção  
Fonte: GTF 2016

1.2 1ª Intervenção

**Mapa de Primeira intervenção**

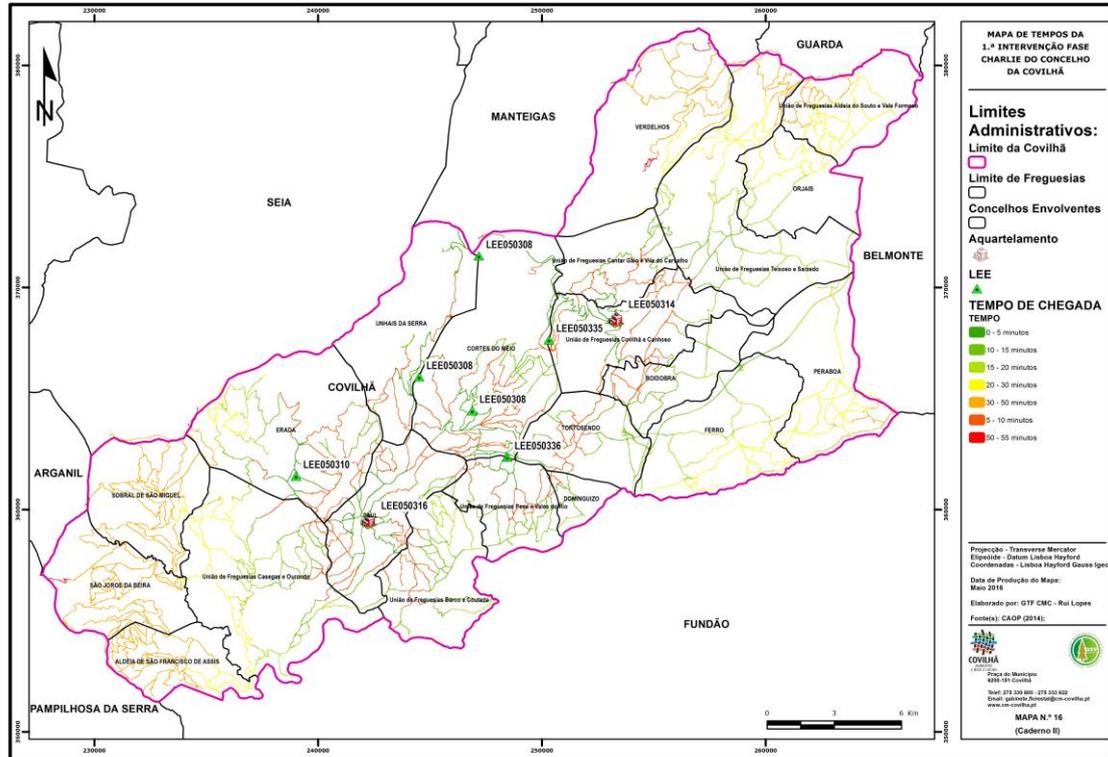


Fig. 6 Mapa16 Representação do potencial do tempo para a 1ª intervenção e Representação de LEE para a fase Charlie, no Concelho da Covilhã  
 Fonte: GTF 2016

**Quadro Índice entre o nº de incêndios florestais e o número de elementos de 1ª Intervenção nas Fases de Perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo**

Tabela 8 Tabela de Índice entre o nº de incêndios florestais e o número de elementos de 1ª Intervenção nas Fases de Perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo

Fases	Período	Média de Ocorrências 2003- 2013		Nº Ocorrências 2014		Nº de elementos da 1ª intervenção		Nº total de equipas da 1ª intervenção	Índice entre o nº de Incêndios/e o nº total de Equipas		
		jan.	fev.	março	abril	maio	junho			julho	agosto
Fase Alfa	De 01 janeiro a 14 maio	jan.	2,3	jan.	0	5		01	0		
		fev.	5,0	fev.	0	5			0		
		março	4,7	março	1	5			1		
		abril	2,0	abril	2	5			2		
		maio	3,5	maio	4	5			4		
Fase Bravo	De 15 maio a 30 junho	maio	3,5	maio	4	5		4			
		junho	9,4	junho	7	5		7			
Fase Charlie	De 01 julho a 30 setembro	julho	22,5	julho	7	12	SF	05	1,4		
						12	BV		1,4		
		agosto	20,7	agosto	19	12	SF		3,8		
						12	BV		3,8		
		set.	14,3	set.	6	12	SF		1,2		
						12	BV		1,2		
Fase Delta	De 01 outubro a 31 outubro	out	5,8	out	1	5		01	1		
Fase Echo	De 01 novembro a 31 dezembro	nov.	2,1	nov.	1	5		01	1		
		dez.	0,9	dez.	0	5		0			

Fonte: GTF 2016

Gráfico do Valor Médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção (tempo entre o primeiro alerta e a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo, no Concelho da Covilhã

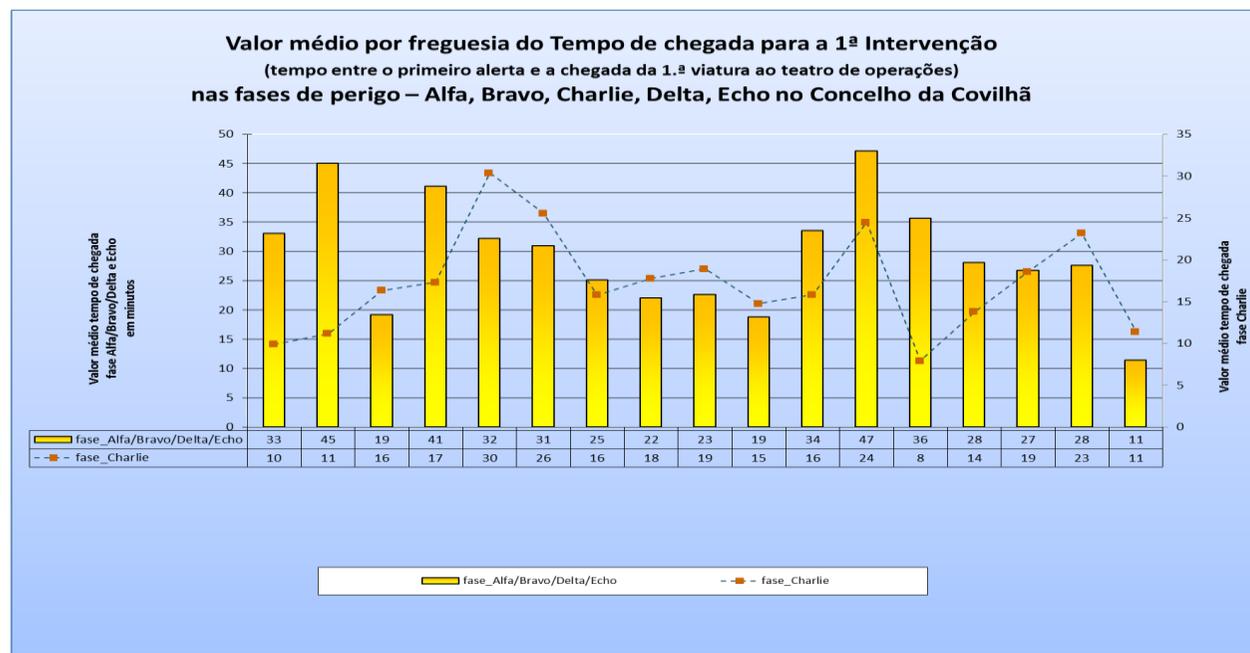


Fig. 20 Gráfico do Valor Médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção (tempo entre o primeiro alerta e a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo, no Concelho da Covilhã

Fonte: GTF (2015)

### 1.3 Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

Relativamente ao nº de reacendimentos no Concelho da Covilhã, são apresentados no quadro seguinte os dados oficiais do ICNF relativamente a incêndios florestais.

Analisando os dados recolhidos (tabela abaixo) verifica-se que apenas se registaram 4 reacendimentos, 2 em 2012 e 2 em 2013, e que ocorreram em incêndios florestais de pequenas dimensões, o que significa que no Concelho da Covilhã, o rescaldo dos incêndios florestais está a ser realizado de forma eficaz.

Tabela 24 Tabela de nº de reacendimentos

ANO	CÓDIGO	TIPO	FREGUESIA	INE	REACENDIMENTO
2012	BI212121	Florestal	Cortes do Meio	50308	2
	BI212476	Florestal	São Martinho	50319	
2013	BI213192	Florestal	Erada	50310	2
	BI213452	Florestal	Vila do Carvalho	50301	
<b>Total</b>					<b>4</b>

Fonte: ICNF (2015)

## 2 Planeamento das acções referentes ao 3º eixo estratégico

### 2.1 Metas e Indicadores

Tabela 25 Metas e indicadores – 3º eixo estratégico

Acção	Metas	Unid.	Indicadores				
			2016	2017	2018	2019	2020
Sistema de Vigilância e Detecção	% de Detecções pelos Postos de Vigia	%	50	60	60	60	60
	% de Detecções pelas Equipas DFCI	%	30	30	30	30	30
1ª Intervenção	% de 1ªs Intervenções pelas Equipas DFCI	%	90	90	90	90	90
Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio	% de Detecções pelos Postos de Vigia	%	50	50	50	50	50
	% de Detecções pelas Equipas DFCI	%	50	50	50	50	50

## 2.2 Responsabilidades e Orçamento

Tabela 26 Responsabilidades e orçamentos – 3º eixo estratégico

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de Orçamentos (€)				
			2016	2017	2018	2019	2020
Vigilância, Detecção, 1.ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio.	1ªs Detecções Postos Vigia	GNR	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00
	<b>Sub-Total</b>		<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>
	1ªs Intervenções Equipas EIP	BVC	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	<b>Sub-Total</b>						
	1ªs Intervenções Equipas ESF	Sapadores Florestais	29.000,00	29.500,00	30.000,00	30.500,00	30.500,00
	<b>Sub-Total</b>		<b>29.000,00</b>	<b>29.500,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.500,00</b>	<b>30.500,00</b>
	Área ardida/reactivamento	BVC	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	<b>Sub-Total</b>						
<b>Total</b>			<b>94.000,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>96.000,00</b>	<b>97.000,00</b>	<b>97.000,00</b>

## **EIXO ESTRATÉGICO IV: Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas**

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais. A recuperação e reabilitação dos espaços rurais pressupõem dois níveis de actuação:

- ✚ Intervenções de curto prazo, designadas por estabilização de emergência, cujo objectivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas);
- ✚ Intervenções de médio prazo, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, que têm por objectivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afectados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

Tabela 9 Orientações constantes no PNDFCI referente ao 4º eixo estratégico

<b>Objetivo estratégico</b>
✓ Recuperar e reabilitar os ecossistemas
<b>Objetivos operacionais</b>
✓ Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo
<b>Acções</b>
✓ Identificação das necessidades potenciais de acções de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo
✓ Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, protecção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis

## **1 Avaliação**

Relativamente à avaliação da identificação das áreas com necessidade de intervenção de emergência para evitar a degradação dos recursos e das infraestruturas após a ocorrência de incêndios florestais e das áreas com necessidade de intervenção de reabilitação de povoamentos e habitats florestais e áreas sem capacidade de recuperação, será **anexado ao PMDFCI, o relatório elabora do pelo ICNF referente ao incêndio ocorrido a 23 de Agosto de 2013** onde prevê a intervenção de emergência para evitar a degradação dos recursos e das infraestruturas após a ocorrência de incêndios florestais e das áreas com necessidade de intervenção e reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

A recorrência cada vez mais assídua de incêndios florestais tem levado os técnicos florestais a apostar em sistemas de silvicultura capazes de aumentar a resiliência do território aos incêndios; por outras palavras, a plantar e gerir florestas capazes de resistir e recuperar espontaneamente dos danos causados pelo fogo.

## 2 Planeamento das acções referentes ao 4º eixo estratégico

A recuperação de áreas ardidas deverá ser conduzida através de um programa específico e devendo ter um acompanhamento técnico coordenado pelo GTF da CMC em articulação com ICNF e APA, sendo aplicadas as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, do Plano Regional de Ordenamento Florestal, do Plano Nacional de Defesa da Floresta e recomendações da APA para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas, paralelamente, deverão ser desenvolvidas acções de minimização de impactos.

Esta recuperação conduzida através de um programa específico, deverá englobar essencialmente 3 fases distintas tal como se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 10 Tabela indicação das fases de recuperação de áreas ardidas

<b>Recuperação de Áreas Ardidas</b>	
<b>Fases</b>	<b>Descrição</b>
<b>1ª – Intervenção / Estabilização de emergência</b>	Decorre durante ou logo a seguir à fase de combate ao incêndio e visa não só o controlo da erosão e a protecção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infra-estruturas e das estações e habitats mais sensíveis;
<b>2ª Reabilitação</b>	Decorre nos dois anos seguintes em que se procede à avaliação dos danos e da reacção dos ecossistemas, à recolha de salvados e, eventualmente, a acções de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis;
<b>3ª Planeamento / Implementação</b>	Decorre normalmente a partir dos 3 anos após a passagem do fogo em que se procede ao planeamento e implementação dos projectos definitivos de recuperação/reflorestação.

Alguma da legislação e documentação a ter em conta será: Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de janeiro - DR n.º 13, Série I-B; Orientação Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas em 2003 e 2004, aprovadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação em 30 de junho de 2005; Gestão Pós-Fogo; e ProDer - Gestão Florestal Pós Incêndio (subacção 2.3.1.2 – minimização dos riscos bióticos após incêndio e subacção 2.3.2.1 – recuperação do potencial produtivo).

**EIXO ESTRATÉGICO V- Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz**

A concretização das acções definidas no PMDFCI apenas será possível através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos na defesa da floresta. Esta articulação requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas acções

Tabela 29 Orientações constantes no PNDFCI referente ao 5º eixo estratégico

<b>Objetivo estratégico</b>
✓ Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta
<b>Objetivos operacionais</b>
✓ Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico
<b>Acções</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes acções</li> <li>✓ Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI</li> <li>✓ Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM</li> <li>✓ Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos</li> <li>✓ Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF</li> <li>✓ Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de abril</li> <li>✓ Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento</li> </ul>

## 1 Avaliação

Relativamente à avaliação da identificação das necessidades de formação e indicação do nº de elementos de cada entidade (agentes locais do SDFCI), no PMDFCI da Covilhã, serão apresentadas na tabela seguinte, as necessidades de formações como meramente indicativas que poderão vir a ser realizadas pelas entidades, sendo que cada entidade no âmbito das suas competências e atribuições deve analisar as suas necessidades de formação e o nº de elementos a realiza-las.

Tabela 11 Tabela de necessidades de formação que poderão ser realizadas

Acção a desenvolver	Formação Necessária	Entidade a formar	Ano de Formação				
			2016	2017	2018	2019	2020
Implementação de faixas de Gestão de Combustível	Boas práticas Florestais	Funcionários que efectuem as acções de gestão de combustível (Sapadores)	X	X	X	X	X
	Segurança em trabalhos Florestais		X	X	X	X	X
	Gestão de Combustíveis em zonas Ribeirinhas		X	X	X	X	X
	Formação em acções de Fogo controlado	GTF/Sapadores	X	X	X	X	X
Sensibilização	Legislação em vigor	GTF; SMPC; Bombeiros; e Sapadores florestais	X	X	X	X	X
	Educação Ambiental		X		X		X
Fiscalização	Aperfeiçoamento da metodologia de apuramento das causas dos incêndios florestais	GNR	X		X		X

Acção a desenvolver	Formação Necessária	Entidade a formar	Ano de Formação				
			2016	2017	2018	2019	2020
<b>Eficácia do ataque e da gestão dos incêndios</b>	Formação em Fogo Controlado	Bombeiros; e GTF	X	X	X	X	X
	Sistemas de apoio à decisão	GTF; SMPC e chefias Bombeiros	X		X		X
	Coordenação de meios e agentes SDFCI						
	Comunicações (radio)	GTF; SMPC; Bombeiros e Sapadores florestais		X		X	
	Cartografia (cartas militares; coordenadas, navegação no terreno, etc)	GTF; SMPC; Bombeiros e Sapadores florestais	X	X	X	X	X
<b>Pós Incêndio</b>	Recuperação de áreas ardidas	GTF e SMPC	X	X	X	X	X
	Ordenamento Florestal		X	X	X	X	X

## 2 Planeamento das acções referentes ao 5º eixo estratégico

### 2.1 Organização SDFCI: Entidades Intervinentes no SDFCI

Entidades		Prevenção			Prevenção				Combate			
		Planea/DFCI	Organizações do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscaliz.	Investigação de Causas	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
ICNF	Departamento da conservação da natureza e das Florestas do Centro	Nac/Dist/Mun		Nac/Mun/Loc								
Município	CMDFCI/GTF	Mun		Mun/Loc								
Entidades detentoras de máquinas												
Entidades detentoras de zonas de caça												
GNR	SEPNA			Loc								
ANPC	CNOS/ Meios aéreos	Nac		Nac					Nac	Nac	Nac	Nac
	CDOS	Dist							Dist	Dist	Dist	Dist
	Equipas de combate a incêndios											
Corpo de Bombeiros												
Municipes, Proprietários Florestais e visitantes												

Legenda das Siglas: Nac – nível nacional, Dist – nível distrital; Mun – nível municipal; Loc – nível local

Com Competências de Coordenação	Sem intervenção significativa	Deveres cívicos	Com competências significativas
---------------------------------	-------------------------------	-----------------	---------------------------------

## 2.2 Organização SDFCI: Programa de formação

Relativamente à identificação das necessidades de formação e indicação do nº de elementos de cada entidade (agentes locais do SDFCI), o PMDFCI da Covilhã, estão apresentadas na tabela18 (ponto Avaliação do 5º eixo estratégico), as necessidades de formações (meramente) indicativas que poderão vir a ser realizadas pelas entidades, sendo que cada entidade no âmbito das suas competências e atribuições deve analisar as suas necessidades de formação e o nº de elementos a realiza-las.

## 2.3 Organização SDFCI: Cronograma de reuniões CMDFCI

Para que o controlo e operacionalidade das medidas e acções a realizar no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios seja eficaz, é imprescindível a articulação dos vários agentes de Defesa da Floresta contra Incêndios.

A coordenação entre os vários intervenientes na execução deste plano é da responsabilidade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI). Para que este controlo e operacionalidade sejam eficazes a CMDFCI reúne cerca de 4 vezes por ano.

Tabela 12 Tabela de calendarização e os objectivos das reuniões da CMDFCI

<b>Reuniões CMDFCI</b>	
<b>Objectivo</b>	<b>Data</b>
<p>Apresentação do nº incêndios florestais do ano anterior, análise, necessidades e melhorias no dispositivo de defesa da floresta contra incêndios florestais.</p> <p>Elaboração do relatório anual com base nas metas e indicadores definidos no PMDFCI, de acordo com relatório normalizado a disponibilizar pela ICNF</p>	Mês de janeiro de cada ano
Aprovação do POM	Até 15 de abril de cada ano
Apresentação do dispositivo de defesa da floresta contra incêndios florestais (necessidades; coordenação e esclarecimentos de procedimentos)	Mês de maio de cada ano (antes do período crítico)
Balanço provisório (Apresentação) do nº incêndios florestais ocorridos no corrente ano e sua análise.	Mês de outubro/novembro de cada ano

#### 2.4 Organização SDFCI: Aprovação do POM e período de vigência do PMDFCI

Segundo o Despacho nº 4345/2012 de 27 de março- Homologação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio, o **POM deve ser atualizado anual, devendo ser aprovado** em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios **até 15 de abril de cada ano.**

**O PMDFCI tem como período de vigência de cinco anos**, contado a partir da data de aprovação pela ICNF, e é sujeito a revisão sempre que se justifiquem alterações aos objetivos e metas preconizados, ou alterações em elementos estruturantes do mesmo, nomeadamente na carta de combustíveis, na carta de risco, na carta de perigosidade, na carta de prioridades de defesa, ou alterações em condicionantes, ou ocorram alterações no quadro legal aplicável à DFCI.

Deste modo, pretende-se que, a capacidade de resposta face a um incêndio florestal, seja mais expedita e eficaz e que todos os intervenientes se encontrem articulados e coordenados em todas as situações.

## 2.5 Responsabilidades e Orçamento

Tabela 32 Responsabilidades e orçamentos – 5º eixo estratégico

Tipo de Formação	Entidade a formar	N.º de Elementos	Estimativa de Orçamentos (€)				
			2016	2017	2018	2019	2020
Coordenação	Câmara Municipal	3	1500	1500	1500	1500	1500
Sensibilização	CMDFCI	13	2000	2000	2000	2000	2000
Vigilância e Detecção e 1. <sup>a</sup> Intervenção	Juntas Freguesias	21	2500	2500	2500	2500	2500
	Câmara Municipal	3	2000	2000	2000	2000	2000
	Sapadores Florestais	15	2000	2000	2000	2000	2000
	GNR (Postos de Vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	Juntas Freguesias	21	*	*	*	*	*
	Câmara Municipal	3	*	*	*	*	*
	Sapadores Florestais	15	*	*	*	*	*
	GNR (Postos de Vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Bombeiros	60	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
<b>Total</b>			<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

\*Englobado no valor da vigilância, deteção e 1.<sup>a</sup> intervenção

**3 Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI**

Eixos estratégicos	Estimativa de orçamento total (€)					Total dos eixos
	2016	2017	2018	2019	2020	
<b>1.º Eixo Estratégico</b>	8.610.142,00	7.165.930,00	8.336.918,00	6.465.980,00	8.995.186,00	<b>39.574.156,00</b>
<b>2.º Eixo Estratégico</b>	24.000,00	24.000,00	24.000,00	26.000,00	26.000,00	<b>124.000,00</b>
<b>3.º Eixo Estratégico</b>	94.000,00	95.000,00	96.000,00	97.000,00	97.000,00	<b>479.000,00</b>
<b>4.º Eixo Estratégico</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>5.º Eixo Estratégico</b>	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>50.000,00</b>
	<b>8.738.142,00</b>	<b>7.294.930,00</b>	<b>8.466.918,00</b>	<b>6.598.980,00</b>	<b>9.128.186,00</b>	
<b>Total do PMDFCI</b>						<b>40.227.156,00</b>

## **CARTOGRAFIA DE PORMENOR**

(consultar pasta de arquivo do CD ROM que acompanha o PMDFCI)

## 7 INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

(consultar pasta de arquivo do DVD que acompanha o PMDFCI)